



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CE
CURSO DE PEDAGOGIA

José Rodolfo do Nascimento Pereira

**UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS
COMUNIDADES: JOÃO PAULO II E GROTÃO**

JOÃO PESSOA

2016

JOSÉ RODOLFO DO NASCIMENTO PEREIRA

**UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS
COMUNIDADES: JOÃO PAULO II E GROTÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba, apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia”.

Profª Esp. Isolda Ayres Viana
Orientadora

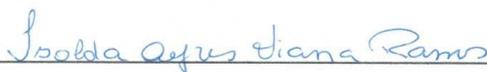
JOÃO PESSOA

2016

JOSÉ RODOLFO DO NASCIMENTO PEREIRA

**UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM
NAS COMUNIDADES DE RISCO: JOÃO PAULO II E GROTÃO**

BANCA EXAMINADORA



Profª Espc. Isolda Ayres Viana
Orientadora/UFPB



Profª Drª Lenise Oliveira Lopes Sampaio
Departamento de Habilitação Pedagógica (DHP) - UFPB
Examinadora



Profª Drª Jeane Felix da Silva
Departamento de Habilitação Pedagógica (DHP) - UFPB
Examinadora

JOÃO PESSOA, 21 de dezembro de 2016.

P436u Pereira, José Rodolfo do Nascimento.

Uma análise sobre o processo de ensino-aprendizagem nas comunidades: João Paulo II e Grotão / José Rodolfo do Nascimento Pereira. – João Pessoa: UFPB, 2016.

72f.

Orientadora: Isolda Ayres Viana
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação. 2. Processo de ensino-aprendizagem. 3. Comunidades de risco. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.015.3(043.2)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais por serem o meu porto seguro e me apoiarem em todo o percurso e fases da minha vida.

Ao meu avô que partiu dessa vida antes de poder acompanhar a concretização de mais um sonho que também era dele.

A minha avó por entender os meus momentos de fadiga, cansaço e por estar junto comigo sem medir esforços para que assim como esse, outros sonhos fossem concretizados.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter nos dado o dom da vida, saúde e força para seguir o caminho em meio a tantas adversidades.

Aos meus professores que puderam contribuir para a minha formação acadêmica e que além de tudo acreditaram no meu potencial.

A minha orientadora, Isolda Ayres Viana, por ter aceitado seguir comigo nessa jornada final da minha graduação, me proporcionando um conhecimento impar e um incentivo que foi primordial para que isso fosse possível.

Aos meus amigos que entenderam a minha ausência em diversos momentos sabendo que a ausência se justificava por motivos nobres.

A pessoa que eu encontrei pelo caminho e me fez entender que o esforço que fazemos é para um bem que de nós ninguém toma. E além de tudo é a pessoa que chegou de nada e se tornou tudo numa fração de semanas.

E a todos que direta ou indiretamente me apoiaram.

A escola, cada vez mais, deverá ser um espaço aberto, e a educação, inevitavelmente vinculada à cultura. A vida deve ser a dimensão integradora das relações na escola. Se não houver vida naquilo que aprendemos, então não há educação, formação e muito menos aprendizagem. (MOSE, 2013)

RESUMO

No cenário mundial e especificamente falando de educação no cenário brasileiro temos muitos percalços a resolver. A educação no Brasil sempre foi algo bastante delicado e complicado de se manter firme em suas bases de formação que cumprisse os parâmetros das diversas leis que garantem uma educação de qualidade para todos e funcionasse como elo de segurança para a garantia de melhoria de vida. O presente trabalho intitulado: Uma análise sobre o processo de ensino-aprendizagem nas comunidades de risco: João Paulo II e Grotão tem a intenção de gerar uma discussão acerca da educação como um todo, mas, fazendo um recorte para melhor problematizar algumas questões tais como: o processo de ensino-aprendizagem num grupo da sociedade que vive em situação de risco, a questão da vulnerabilidade social, políticas públicas que garantem o direito de ir e vir dos indivíduos e uma série de outros fatores que buscam melhorias para a educação. Foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa que tem como objetivo investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses. Quanto a metodologia à pesquisa foi exploratória, este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema das comunidades, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Para melhor respaldo foi realizado um estudo de campo em duas escolas da rede pública na qual foram aplicados questionários com os alunos do 5º ano que pertencem a duas comunidades da cidade de João Pessoa com o intuito de analisar os problemas enfrentados por eles no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Processo de ensino-aprendizagem. Comunidades de risco.

ABSTRACT

In the world scenario and specifically speaking of education in the Brazilian scenario we have many mishaps to solve. Education in Brazil has always been a very delicate and difficult thing to maintain in its training bases that fulfilled the parameters of the various laws that guarantee a quality education for all and function as a security link for the guarantee of improvement of life. The present work entitled: *An analysis of the teaching-learning process in communities at risk: John Paul II and Grotão* intends to generate a discussion about education as a whole, but making a clipping to better problematize some issues such as : The teaching-learning process in a group of society that is at risk, the issue of social vulnerability, public policies that guarantee the right of individuals to come and go and a series of other factors that seek improvements for education. A qualitative research was carried out to investigate, test or reject hypotheses. As research methodology was exploratory, this type of research aims to provide greater familiarity with the problem of communities, with a view to making it more explicit or to construct hypotheses. For better support, a field study was carried out in two schools of the public network in which questionnaires were applied with 5th year students who belong to two communities in the city of João Pessoa in order to analyze the problems faced by them in the teaching process -learning.

Keywords: Education, Teaching-learning process, Risk communities, Problems.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sexo dos alunos

Tabela 2- Idade dos alunos

Tabela 3- Refeições diárias dos alunos

Tabela 4- Lanche para a escola

Tabela 5- Satisfação em estudar

Tabela 6- Disciplina que menos gosta

Tabela 7- Acesso ao computador semanalmente

Tabela 8- Itens tecnológicos que possuem

Tabela 9- Exercem atividade de trabalho

LISTA DE SIGLAS

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CUT- Central Únicas Dos Trabalhadores

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EUA- Estados Unidos da América

FAE- Fundação de Assistência ao Estudante

FMI- Fundo Monetário Internacional

IPEA- Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OECD- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

OMC- Organização Mundial do Comércio

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas Para a Infância

ZDP- Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A PROBLEMÁTICA DA DESIGUALDADE	16
2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO	17
2.2 UM POSSÍVEL CENÁRIO DA EDUCAÇÃO	20
2.3 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	21
2.4 O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: SUPERANDO LIMITES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	25
2.5 O ENSINO DA MATEMÁTICA.....	27
2.5.1 MATEMÁTICA: UM BREVE HISTÓRICO	28
2.6 CAPACITAÇÃO INADEQUADA DOS PROFESSORES.....	29
2.7 O PROBLEMA DA FALTA DE CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA.....	30
2.8 VYGOTSKY E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	31
2.9 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	34
2.10 TRABALHO INFANTIL: QUESTÃO HISTÓRICA.....	38
2.10.1 COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.....	41
3 PERCURSO METODOLÓGICO	44
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	44
3.2 LOCAL DA PESQUISA	45
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	45
3.4 SUJEITOS E AMOSTRAS DA PESQUISA	45
3.5 DADOS DO UNIVERSO DA AMOSTRAGEM	45
3.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	46
3.8 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA IN LOCO	47
3.8.1 ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO	47
3.8.2 ESCOLA MUNICIPAL PEDRA DO REINO.....	48
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	69

1 INTRODUÇÃO

Durante o percorrer do caminho um sentimento de inquietude incomodava com certas situações que presenciava. As situações que inquietavam eram aquelas ligadas aos aspectos socioeconômicos, mais precisamente ao fato de uns terem tanto e outros não terem direito a praticamente nada. Indubitavelmente, isso sempre me deixou perturbado. O tempo passou e percebemos que as coisas só pioravam, sobretudo, no que diz respeito à questão da desigualdade social.

Hoje dentro da academia, me sentindo mais maduro e um sujeito crítico formador de opinião resolvemos estudar o que desde sempre nos deixávamos cheio de dúvidas e desentendido, na maioria das vezes. Considero que o tema escolhido é de grande relevância, pois, tem a tarefa de analisar, estudar e conhecer uma realidade bem próxima do universo da maioria da sociedade conhecendo a realidade vivida e os problemas enfrentados pelas pessoas que residem no cenário das periferias na cidade de João Pessoa. Percebemos que muitos estudos foram desenvolvidos nessa área, mas, nenhum que tivesse o foco e que desse cabo de estudar o que pretende-se com esta investigação. Ou seja, o recorte que pretendemos dar, ainda não foi objeto de análise, logo, justifica-se ainda mais a importância do nosso estudo.

Nesse sentido, o trabalho intitulado: Uma análise sobre o processo de ensino-aprendizagem nas comunidades de risco: João Paulo II e Grotão se debruçará sobre a questão: Processo de ensino-aprendizagem das comunidades de risco: limitações e problemas. O referido estudo será desenvolvido na cidade de João Pessoa (PB). Para que a pesquisa tenha melhor respaldo pretendo fazer pesquisa in loco na comunidade de JOÃO PAULO II e na comunidade do GROTÃO e as escolas nas quais pretende-se fazer a pesquisa são escolas próximas as comunidades escolhidas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Darcy Ribeiro e Escola Municipal de Ensino Fundamental Pedra do Reino nesses campos, faremos observação, aplicação de questionários, entrevista ou alguma outra forma de coleta de dados/informações de forma que, venha a enriquecer a pesquisa.

O trabalho tem o objetivo geral de estudar as relações entre a realidade social e os problemas enfrentados no contexto escolar no que tange a questão do aprendizado de crianças nas series iniciais da rede pública sendo essas moradoras de periferias em João Pessoa e específicos de analisar os problemas enfrentados por eles assim bem como conhecer a realidade e o enfrentamento dos mesmos para com a exclusão social.

Na vida humana, a aprendizagem é algo progressivo e rotineiro começando muito cedo desde a infância e se tornando cada vez mais intenso com o passar dos dias. A educação é muito mais do que o fato de domar o corpo a ler e escrever transcende a isso. A educação é um processo que somatiza uma série de fatores que corroboram em ajustar o ser humano a viver dignamente em meio a sociedade na qual ele vive fazendo do homem um sujeito consciente do que ele é e do que ele pode ser se amadurecer a cada dia a partir do aprendizado gerado. A aprendizagem é o resultado das nossas vivências diárias.

No cenário mundial e especificamente falando de educação no cenário brasileiro temos muitos percalços a resolver. A educação no Brasil sempre foi algo bastante delicado e complicado de se manter firme em suas bases de formação que, cumprisse os parâmetros da lei que garante uma educação de qualidade para todos e funcionasse como elo de segurança para a garantia de melhoria de vida.

A educação enfrenta momentos de crise em sua essência estrutural, hoje existem muitos “furos” na construção de planos para fazer a educação crescer, pouca autonomia das políticas públicas e a desigualdade social ainda são grande atraso senão o maior em relação ao nosso crescimento educacional. A má distribuição de renda é um dos fatores que desestabilizam a sociedade como um todo. O fato de uns com muito e outros com muito pouco gera bastante conflito e mal-estar nos seres humanos. A desigualdade social é um fenômeno que se caracteriza pela destoante diferença econômica entre as pessoas que vivem na sociedade. Os problemas enfrentados pelas pessoas que vivem em periferias na escola (processo de ensino/aprendizagem) sendo pertencentes a uma comunidade castigada e chagada pela exclusão é o que me impulsionou a querer estudar, conhecer, pesquisar e analisar a luta diária dessas pessoas no contexto escolar. Faria (2000) vem contribuir dizendo que

A comparação internacional entre o grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter, nos últimos 20 anos, em média, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza. (FARIA, 2000, p. 21).

A desigualdade social não escolhe idade e nem seleciona biótipos, ela vem prejudicando pessoas das mais diversas raças e faixa etárias, os deixando sem possibilidades de crescer socialmente. A realidade brasileira é marcada por forte desigualdade social e um caminho a trilhar, nessa direção, é a educação.

A problemática social que assola as comunidades carentes pode promover o distanciamento do que encontramos na sala de aula em escolas da periferia. Este estudo pretende analisar as dificuldades encontradas no processo ensino/aprendizagem de crianças que moram e estudam em periferias retratando suas reais dificuldades no processo educacional. Acredito que estudar a realidade enfrentada por um grupo de pessoas que estão à margem da sociedade é uma forma de querer entender o que acontece em torno do que as cerca de forma que venha a conhecer a realidade nua e crua vivida por eles a cada dia em busca de crescimento e lugar na sociedade. Para melhor respaldo ainda para este estudo pretende-se trabalhar com a seguinte hipótese: A condição social afeta o processo de ensino/aprendizagem?

O trabalho trará uma discussão sobre tópicos bastante relevantes para o grupo específico que foi estudado assim como contribuições para o processo de ensino como um todo. Serão desenvolvidos os seguintes tópicos para a discussão: a questão da vulnerabilidade social, a exclusão social, o processo de ensino-aprendizagem, a relação professor-aluno, os níveis de desenvolvimento, abordagens pedagógicas, o uso da tecnologia em sala de aula e uma série de outros tópicos que permeiam o meio educacional.

2 A PROBLEMÁTICA DA DESIGUALDADE

A problemática social a respeito da distribuição de renda surgiu há muito tempo atrás depois da época da escravidão com o anúncio de uma nova era, o início da venda da força de trabalho dos homens e mulheres, o famoso capitalismo.

O capitalismo é um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho) - sejam eles indivíduos ou sociedades - que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; a dos proletários, que são obrigados a vender a sua força de trabalho, porque eles não têm acesso directo aos meios de produção ou de subsistência, nem o capital que lhes permita trabalhar por sua própria conta. (MANDELL,1981)

A questão social é um fator que traduz para o mundo o que uma sociedade traz imbuída na sua essência. A luta diária pela sobrevivência diante das adversidades faz ecoar muitas consequências de problemas que estão arraigados a nossa cultura tais como: desemprego, violência, fome, inadimplência e só elevam cada vez mais as taxas de analfabetismo no Brasil.

Outro fato que nos chama muita atenção é a favelização, processo que significa o aumento das favelas em uma determinada área. Inerente a ela vem logo em seguida à subalternização das classes populares, a exclusão que cada vez mais se arrasta em nosso encaço e a dominação política e econômica por falta de conhecimento das possibilidades que existem para que muitos problemas fossem superados impera na sociedade. No Brasil podemos perceber o descaso das políticas sociais que colocam em últimos planos os investimentos na área da educação dando prioridade ao que de fato não necessita de tanta urgência para melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas.

Sobre a noção de pobreza, Yazbeck vem dizer que

configura-se em geral com uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade. De qualquer modo, a noção põe em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória, estão privados de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação ou reprodução social. (YAZBECK 2009, p.32)

Podemos perceber que temos uma grande tarefa pela frente, conscientizar a população de que cada um tem sua parcela de contribuição para que haja melhoria e o

fortalecimento da população que então assim nós possamos lutar por um país com igualdade de direitos.

Telles (1992, p.5) ao discutir essa questão da desigualdade coloca que o Brasil “é certamente o retrato de uma sociedade que não consegue universalizar direitos e enraizar a cidadania nas práticas sociais”. Com isto, verificamos a necessidade de se fortalecer cada vez mais o papel ativo da população que deve cobrar do Estado seus direitos, bem como a necessidade de que os agentes institucionais que atuam nos projetos sociais tenham competência e clareza do papel e da responsabilidade do Estado na consolidação dos direitos sociais.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO

Ter um lar para chamar de seu, uma família que sirva de alicerce e uma estrutura social, econômica, afetiva e psicológica que possibilite a todas as pessoas uma vida agradável e uma visão positiva de um futuro promissor, seria um grande ganho para a sociedade que seria construída num patamar de igualdade.

Mas, não é isso que podemos perceber diante de nós sem precisar ir para muito longe. O retrato do mundo é posto numa moldura desigual, nivelada por baixo e assentada sobre bases muito frágeis.

Os números são alarmantes, de 204 milhões de pessoas apenas 20% da população possui condições de vida que podem ser comparados ao nível de país desenvolvido. Os índices de analfabetismo, violência, pobreza e de declínio de oportunidades de vida são gritantes, e só crescem a cada segundo. As crianças, os jovens, os idosos e quase todos os segmentos populacionais estão sendo submetidos a qualidades de vida precária. O grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade se agrava ainda mais diante da situação econômica e política dos dias atuais.

Recentemente no ano de 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou o índice de vulnerabilidade social do Brasil. O novo indicador anexa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e traz a ausência ou a insuficiência de recursos e estruturas – como renda, moradia e educação. Segundo o Ipea, a vulnerabilidade social no país entre 2000 e 2010 caiu 27%, influenciada principalmente pela melhoria da renda da população. Isso não quer dizer que está de forma satisfatória, mas, houve avanços sim.

A partir disso, podemos elencar alguns fatores de diversas esferas de vida que contribuem para que o quadro de vulnerabilidade social seja realmente significativo. São eles: a questão da infraestrutura (tratamento de água, destino do lixo, número de moradores pelo

número de cômodo do domicílio), educação (atraso escolar, analfabetismo, crianças entre 7 e 18 anos que não frequentam a escola, indivíduos entre 19 e 24 anos que não frequentam a escola e não tem ensino fundamental completo), renda e mercado de trabalho (rendimento familiar, trabalho infanto-juvenil, desemprego e despesas com habitação e alimentação)

Existem muitos outros fatores responsáveis pelo agravamento dos índices de vulnerabilidade e que fazem do Brasil um país chagado por uma grande população a margem da pobreza. Outro fator muito preocupante é o fenômeno denominado de violência.

A violência é um fator que vem preocupando a sociedade de forma mais intensa de uns 10 anos para cá e de forma cada vez mais acentuada no atual momento da conjuntura. É um fenômeno que se generalizou e quem antes era protegido por terceiros e seus “grupos” das mais diversificadas vertentes perderam suas restrições e proteções.

É inegável a importância de reformas significativas no sistema de segurança, de abuso de poder e desrespeito aos direitos humanos e a relação entre violência e crise de democracia e a necessidade de afirmação de um Estado de Bem-Estar (PERALVA, 2000). Segundo a autora se faz necessário, no Brasil:

Construir um Estado que, em nome da sociedade civil, seja capaz de controlar eficazmente o funcionamento do conjunto das instituições, sem no entanto contradizer o princípio das liberdades individuais. [Este] é provavelmente um dos problemas mais importantes com que a democracia brasileira se defrontará em futuro próximo. (PERALVA apud CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 173)

A difícil situação social juntamente com o grande furo econômico de muitos países causa certo desconforto e conseqüentemente mexe com a integração social da sociedade. Seria o caso de intensificar as políticas de apoio e suporte as pessoas que vivem realmente a margem da exclusão.

Falamos a respeito de violência sem defini-la já que isso não é tarefa fácil, pois, o conceito de violência é muito ambíguo e suas significações devem ser analisadas com muita cautela, tendo em vista todo um contexto social.

A violência psicológica —é um conjunto de ações, palavras e atitudes para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente. (ABRÁPIA, 1997; CRAMI, 2000; A REDE, s/d apud BRASIL,2004, p.36).

A violência é um problema recorrente e de natureza “calcificada” na teoria social. Sendo assim um fenômeno de intenso estudo e de altos índices de práticas. O Chesnais (1981)

apresenta uma série de tipos de violência que são denominadas por ele de: violência física, violência sexual, violência econômica, violência moral ou simbólica;

Podemos perceber a violência em muitas instâncias. Ela deixou de ser classificada meramente por um ato onde as pessoas medem a sua força física. A violência vai além do ato de usar a força.

O Brasil oferece o paradoxo de estar hoje ao mesmo tempo no que poderia ser o melhor dos mundos e também no pior: o país é hoje a décima maior economia mundial com um Produto Interno Bruto (PIB) de 414, 1 bilhões de dólares, em 1991... As mortes violentas são a terceira causa de morte no município [de São Paulo]. Periferização e favelização ocorrem num profundo contexto de desigualdades entre ricos e pobres... A décima economia industrial do mundo convive com a segunda pior distribuição de renda em todo o mundo: a razão dos 20% mais ricos para os 20% mais pobres entre 1980 e 1991, era de 32,1%. (PINHEIRO 1996, p. 22-24)

Sobre a questão do Brasil como forma histórica é possível observar desde já a problemática do país no que tange a economia, violência e distribuição de renda. Mesquita Neto et al (2001; 34) traça sobre o panorama da sociedade considerando que:

O crescimento do crime e da violência resulta não apenas da pobreza e da desigualdade social, da falta ou má qualidade dos serviços de segurança e da disseminação de armas e drogas. Resulta também da incerteza política e dos conflitos institucionais não resolvidos durante a transição para a democracia, e enfraquecem o impacto das ações para aperfeiçoar os serviços de segurança e justiça.

A política tem grande relevância nessa questão de criar incerteza, posteriormente a isso há o enfraquecimento das ações e fatores como segurança e justiça são postos em xeque.

A violência tem sido conhecida como um fenômeno de multifacetado. Não só mexe com a integridade física das pessoas, mas, também com o lado psicológico, emocional e simbólico. De acordo com uma pesquisa recente da UNESCO, a violência pode ser definida em três vertentes: violência direta; violência indireta; violência simbólica.

A *violência direta* se refere a atos físicos relacionados à vida humana tais como: assassinato, crimes de qualquer ordem, suicídios e etc. A *violência indireta* é ligada a um tipo de ação que lide de forma a perturbar ou agredir a condição psicológica ou emocional de alguém. A *violência simbólica* abrange as relações de poder interpessoal ou institucional.

É interessante perceber que o conceito de violência é muito mais abrangente do que nós podemos imaginar. Qualquer ação que cause dano seja ele físico, psicológico e moral pode ser considerado violência. Vale ainda salientar que a violência é crime dentro das leis que regem a Constituição Federal.

2.2 UM POSSÍVEL CENÁRIO DA EDUCAÇÃO

O cenário educacional vem sofrendo constantes transformações ao longo do tempo. Alguns retrocessos por parte de alguns profissionais precisam ser apontados, mas, é inegável que a educação como um processo histórico não tenha trago bastante superação de um modo geral.

Antigamente era visto unicamente como um processo disciplinador, rígido, fragmentado e por vezes até, domador de posturas, posicionamentos e atitudes frente a muitas realidades. O processo educacional era fechado dentro de si mesmo. São muitos os desafios da educação dentro de uma realidade social que em pleno século XXI ainda é tão mercadológica. Logo, não podemos negar que o processo educacional está atrelado a uma política vigente tão cheia de percalços, fazendo assim isso um fator de grande preocupação para toda a sociedade.

Podemos perceber uma educação um pouco voltada para fins de programas e órgãos provenientes do Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (FMI, OECD e OMC) que acabam ditando as metas para a educação e a privatização da educação pública e necessitam que a educação lhes deem resultado como troca de investimentos, não que isso não seja normal, mas, ter isso como trunfo para que a educação unicamente os favoreça é um uma visão um tanto quanto neoliberalista formando sujeitos cada vez mais competitivos.

De acordo com Saltman (2011, p. 69):

A privatização, na educação, toma a forma de uma administração escolar que se volta ao lucro, de “contratos baseados em desempenho”, de escolas independentes (charter schools) voltadas ao lucro, de vales (vouchers) escolares, de comercialismo escolar, de educação on-line voltada ao lucro e realizada em casa (home schooling), de publicações comerciais de testes, de indústrias de livro-texto, de software curricular eletrônico e computadorizado, de recuperação escolar voltada ao lucro, de contratação de serviços de alimentação, transporte e financeiros.

A privatização da educação começou fora do Brasil, teve suas raízes nos EUA, mas acabou refletindo em toda uma estrutura que resultou num processo movido por licitações e uma série de financiamentos onde as empresas que terceirizavam alguns serviços tais como transportes e alimentação e ganhavam muito à custa da própria política na tentativa de viabilizar um processo enriquecedor na área da educação.

Como afirma Davies (2010, p. 231) “as políticas educacionais refletem as desigualdades e contradições” de uma política governante que pouco investe em recursos que façam da educação um processo e de melhorias na qualidade dos profissionais que estão envolvidos no meio educacional.

De uns tempos para cá realmente houve melhorias, demos um salto de uns 10 anos aos dias de hoje. Melhorias nas questões políticas, no acesso a educação, nos moldes educacionais que já vinham saturados e que precisavam ser superados de modo que dessem espaço a modelos mais atuais e dinâmicos.

A educação tem inúmeros motivos para ser vista por diversos olhares e enfoques. A melhoria na formação do educador também merece um olhar de avanço sendo ele um facilitador no processo de ensino-aprendizagem.

2.3 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo educacional é algo mais abrangente do que muitos possam imaginar. Para começar a nossa discussão é justo que conheçamos o significado de três palavras que são de total importância para se entenda de fato o processo. São elas: educação, ensino e aprendizagem.

A educação tem que ser um processo que possibilite o indivíduo o desenvolvimento de todas as suas funções mentais, corporais, psicológicas etc. De modo que seja um processo que não o fragmente da sua realidade natural para que assim o mesmo consiga lidar com isso da forma mais natural possível. Para Oliveira (1997, p. 57), aprendizado é

o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc, a partir de seu contato com a realidade, o meio de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos, [...] e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). Denomina-se aprendizagem ao processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, possibilitado através do estudo, do ensino ou da experiência empírica.

De acordo com Vygotsky (1987, p. 101), “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

Depois de ter definido os conceitos com base em autores que se debruçam nos estudos acerca da educação, podemos começar a entender de forma mais clara o que envolve o processo educacional. A educação é um binômio constituído de dois fatores primordiais:

ensino e aprendizagem. Ambos se completam. Mas, além disso precisamos entender que a educação é um processo amplo que abrange a vida e o meio social dos sujeitos, a escola como espaço de sistematização de conhecimento e o aprendiz. O aspecto educacional não se limita unicamente a escola, mas, em todo o espaço no qual as pessoas vivem.

A prática educativa vem ganhando um espaço mais reflexivo pelos profissionais que estão envolvidos, pelos cientistas da educação e pelos autores que tanto reveem seus estudos sobre um processo de educação menos conceitual e mais reflexivo. São alguns problemas na prática educativa nos dias de hoje: ênfase na memorização dos conteúdos, pouca importância a respeito do desenvolvimento da habilidade crítica e autocrítica do que aprendem, em muitas escolas o professor ainda é o centro, o modo como se conduz o processo de ensino e como aprendem, os professores não sabem a diferença de educação e instrução;

Além disso, existe uma pergunta chave para que o professor reflita ainda mais a respeito de um processo educacional que traga significação para o aluno. A questão é; como o processo de ensinar pode conduzir o aprendiz?

O processo de ensino deve ser algo integrador. O professor precisa vir para somar e não dividir, fragmentar. Mediar a dialética entre o instrutivo e o educativo, contribuir para a construção social, psicológica e intelectual do aluno. Para isso, o professor precisa saber da sua importância nesse processo todo, e sobre a relevância em fazer um processo mais reflexivo.

Muito mais do que estar antenado na tal “moda” escolar é necessário saber da real importância do diálogo e do resultado da formação de um sujeito crítico e reflexivo. O professor precisa estar em constante processo de questionamento sobre sua prática.

Para Libâneo

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar (LIBÂNEO, 2002, p.76)

O professor precisa pensar em estratégias. Procedimentos, modo de fazer com que a educação se torne um processo que crie possibilidades para que os alunos possam se reinventar e perceber que certas práticas passam a ter uma importância maior do que já tinham. Não responsabilizando totalmente os professores pelo processo de ensino, mas, visualizando o mesmo como mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O processo de ensino é uma construção diária e precisa estar claro que para que ele seja compreendido é necessário está ciente que ensinar é uma troca, que consiste em ensinar e aprender. Aprender com quem ensina e ensinar aprendendo com o outro, tudo isso precisa se relacionar num funcionamento sistemático das ações. A apropriação do conhecimento resulta na reflexão das nossas práticas diárias, valores construídos, conhecimentos adquiridos e ações coletivas que nos façam entender que além de saber juntar as sílabas, formar as palavras e saber lê-las depois de tudo.

Freire acrescenta a isso que

[...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, p. 91).

Essa relação dialógica tem que estar presente todo o tempo na esfera educacional. Sabendo que esse diálogo serve de crescimento para todas as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

A educação além de tudo é um ato político por estar situada dentro de um contexto histórico que vem sendo construído ao longo do tempo e sendo modificada tendo em vista as melhorias e os avanços diários na sociedade. Por isso, é preciso cautela para que esse não seja meramente executado para cumprir protocolo de uma sociedade capitalista de modo que a política venha a dar base de sustentação para que a educação seja um processo sólido e partindo de princípios que visem o crescimento de todas as partes neste processo.

O professor como um sujeito que intervém juntamente com os alunos na construção de valores e personalidades precisa estar ciente que ele assume o papel de um ser que age como sujeito organizador desse processo social, econômico, educacional, moral e ético.

Sabendo que dentro da escola o teórico precisa fazer uma ligação com a prática, o educador tem que usar os conteúdos dados em sala de aula a favor do processo. Usar os conteúdos para exemplificar e ilustrar as experiências pessoais e conhecimentos prévios dos alunos.

As disciplinas usadas na escola são parte de um sistema que ainda prioriza as mesmas como indispensáveis na formação dos alunos. Claro que as disciplinas dão suporte a formação dos alunos, mas, que fique claro: elas são parte de um sistema onde o mesmo não se resume unicamente a elas. Assim antes de tudo, o professor precisa se questionar: ensinar o que? Como? Para que? Só assim, se colocando no lugar de quem possivelmente vai aprender ele é capaz de refletir sobre a sua prática docente.

A forma de ensinar é uma das questões que ainda rodeiam o universo da educação. Alguns teóricos criaram conforme a sua visão diante da educação, algumas abordagens que podem nortear a prática educativa, dando um pouco mais de suporte ao educador que pode a partir delas ter uma visão panorâmica do seu processo educacional ao ministrar suas aulas e assim refletir sobre suas ideias e práticas.

Como o processo educacional é uma questão histórica, ele vem sendo construído ao longo do tempo. O modo de ensinar “mudou”, a forma de conduzir o processo passou por grandes mutações, tendo em vista que no começo o processo adotado era o tradicional que veio sendo superado ao longo dos anos. Alguns teóricos criaram uma série de abordagens que servem de base para o professor entender como funcionam os processos de cada uma e onde a sua prática se encaixa. Mizukami vem contribuir dizendo que

(...) elas são elaboradas para explicar, de forma sistemática, determinados fenômenos, e os dados do real é que irão fornecer o critério para a sua aceitação ou não, instalando-se, assim, um processo de discussão permanente entre teoria e prática. (MIZUKAMI, 1986, p. 107)

As abordagens servem de eixo norteador da prática docente. São elo de ligação entre teoria e prática. Cada uma traz uma particularidade que as faz plural. Não são fechadas como um processo pronto e acabado, pelo contrário. Assim como o processo educacional, elas estão em constante processo de aperfeiçoamento para que ofereça o melhor tendo em vista o avanço no processo de ensino- aprendizagem.

Esse diálogo entre as abordagens faz com que o educador possa conduzir o aluno de maneira que a educação para o mesmo seja um processo dinâmico, dialógico e crítico.

2.4 O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: SUPERANDO LIMITES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Uma das questões de extrema relevância no mundo educacional no século XXI é o uso das tecnologias da educação e seus efeitos no processo de ensino-aprendizagem. Não restam dúvidas sobre a existência delas no dia a dia dos alunos, uma geração que praticamente nasceu num cenário que veio para trazer muitas inovações para o processo de ensino.

O mundo vive em constante processo de transformação e na escola não é diferente, os professores precisam estar cientes e dispostos a acelerar o passo e se permitir experimentar essa nova realidade.

O uso do computador, celular e tablet tem sido significativo para os alunos, tanto numa questão de compra universal quanto a questão do uso como um todo. Os celulares tem deslanchado no comércio. As vendas cresceram absurdamente de alguns anos para cá e a tendência é aumentar cada vez mais. O fato do uso de tornou bastante habitual de maneira que se universalizou. A sociedade usa e abusa da utilidade desse dispositivo, seja para se comunicar, para auxiliar nos estudos e uma infinidade de tantas outras coisas. Mas, à medida que isso avança, também podem gerar algumas lacunas. Uma delas é a questão econômica, pois, as pessoas que vivem numa situação de vida mais subalterna não pode usufruir do direito de possuir um dispositivo e portanto acaba por ser excluído pela sociedade.

A escola nesse momento permite certa aproximação a isso, criando a possibilidade dos alunos usarem os laboratórios de informática ou de multimídia existentes na escola. Um fato que precisa ser refletido é: como fazer com que o uso dessa ferramenta não seja somente de uso recreativo, lhes dando um caráter educativo também? Para que isso comece a ser ao menos refletido é preciso que a escola se coloque no papel de mediadora do conhecimento e que haja uma transformação de dentro para fora. Ou seja, que a escola comece a pensar nisso trazendo um pouco dessa responsabilidade para si. Fazendo assim uma reforma no processo de ensino e criando uma consciência no alunado de que a tecnologia é um suporte para a educação.

As ferramentas tecnológicas existem e são usadas por milhares de pessoas no mundo. Mas, na escola ela precisa além de tudo, ser usada por alguém que faça dela um

agente transformador capaz de ampliar o campo de visão dos alunos para o conhecimento escolar que será transmitido para o mesmo por meio do uso das tecnologias. Para isso será necessário repensar a prática docente a partir da capacitação dos professores para o uso dessa ferramenta. Para Freire (2002, p. 38) “... na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2000 p. 38). Ele em ressaltar a importância da reflexão sobre a prática para que assim o professor seja capaz de repensar suas práticas diárias de forma a se avaliar a todo instante e se questionar de forma a ir buscar melhorias para si mesmo e que as mesmas contribuam de forma direta no processo de ensino-aprendizagem.

Os investimentos no Brasil são imensos no que tange a equipar as escolas para que os alunos possam desfrutar das tecnologias e a partir delas criar vínculo com o saber de uma forma mais interativa e dinâmica.

O professor hoje precisa estar pronto para lidar com essa realidade de forma que a tecnologia seja usada para dar suporte as suas aulas. Mas, por outro lado o professor precisa entender como essa ferramenta pode contribuir para que de fato o processo de aprendizagem seja significativo.

O primeiro passo é se perguntar, como conduzir as aulas fazendo o uso dessas tecnologias de forma que a mesma venha a potencializar o conhecimento dos alunos? O que não significa que a tecnologia vai ser usada para substituir o professor que é uma figura de extrema importância no processo de mediação do conhecimento. E posteriormente se questionar: o que fazer e ensinar?

É claro que as tecnologias podem ser usadas em todas as disciplinas sem nenhuma restrição, de modo que sejam utilizadas como fundamentos pedagógicos e não só pelo simples fato de usar de qualquer jeito uma ferramenta que pode permitir inúmeras possibilidades de aprendizado.

Outro fator que pode ser observado com positividade é a questão do uso das tecnologias para a prática do trabalho cooperativo dentro de sala de aula e no meio social também.

A interação entre os estudantes pode ser considerada um fator para melhoria no rendimento escolar. De fato, a intensa participação dos alunos no trabalho cooperativo na escola é um indicador prévio de sucesso escolar, pois, os mesmos passam a buscar conhecimento por meio da tecnologia e socializar esse conhecimento como os outros de forma a colaborar com o processo educacional uns dos outros. A cooperação sendo mediada pela

tecnologia pode ser ampliada em muito mais que o acesso a rede social como diversão. O docente pode mediar esse processo para que além de diversão os alunos consigam tirar algum proveito positivo para a sua vida escolar que com o passar dos dias vai amadurecendo cada vez mais.

Diante de tudo que foi dito sobre o uso das tecnologias podemos entender que o docente tem um papel de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem, percebendo que ele precisa desenvolver a competência de aprender a usá-las de forma a somar conhecimento e provocar os estudantes a descobrir o valor que essa ferramenta vem trazer para o cenário educacional. De modo a exemplificar uma situação não mais por meio de uma leitura de texto, mas, por meio de um vídeo, documentário ou qualquer outra forma que venha a enriquecer as aulas do professor. Mas, o mesmo precisa fomentar nos alunos o desejo de aprender. Lidando com essa questão de formas de aprender, muitos alunos passam por grandes enfrentamentos diários dentro da escola. Os enfrentamentos são de natureza variada: deles para com a escola, deles para com eles mesmo, do professor para com o aluno, vice e versa e às vezes do aluno para com certas disciplinas.

2.5 O ENSINO DA MATEMÁTICA

É unânime em algumas salas de aula que a matéria cujos alguns alunos tem muitas dificuldades são as que lidam com muitos cálculos. A exemplo dos anos finais do Ensino Fundamental, médio e seus embates com a Química, Física e suas ramificações.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental que se apoia a discussão do presente trabalho não é diferente. Os alunos enfrentam grandes impasses quando o assunto é lidar com a Matemática. Ou seria com a forma que a Matemática é apresentada para eles? Outro questionamento surge: ou será o professor despreparado para lidar com a tal disciplina tida como vilã das notas vermelhas dos boletins dos alunos?

Esses questionamentos são extremamente pertinentes quando numa sala de aula com 30 alunos e por unanimidade os mesmo a elegem como disciplina que menos gostam me deixou inquieto a ponto de procurar ao menos entender um pouco dessa grande “aversão” para com a disciplina até então. Sabendo que essa rejeição pode se dar por inúmeros fatores e motivos, até mesmo pelo pré- conceito formado pela sociedade em torno da disciplina, da forma como ela é ensinada, do despreparo do professor, da falta de contextualização e a questão da linguagem.

O ensino da Matemática precisa ir muito além de ensinar os alunos a armar e resolver uma operação. Ele precisa estar associado as necessidades dos alunos assim como precisa ter a função de capacitar os alunos para uma vida social plena.

Para isso é preciso reformar o ensino como um todo e isso só será possível por meio de uma iniciativa conjunta.

2.5.1 MATEMÁTICA: UM BREVE HISTÓRICO

De um tempo para cá, o ensino como um todo sofreu uma série de mudanças significativas. Com o ensino da Matemática não foi diferente. Antigamente as escolas tinham na sua grade curricular uma série de disciplinas obrigatórias que por vezes não davam suporte ao aluno e que de certa maneira não tinha muita relevância para os alunos. A Matemática era caracterizada pela sua mecânica de memorização durante o ensino conhecido como tradicional. Era exigido dos alunos que os mesmos decorassem cálculos e praticassem-nos por meio de longas listas de exercícios de treino ou fixação. O tempo foi passando e a disciplina foi ganhando outros aspectos: surgiu a Matemática Moderna, que tinha o uso da lógica e um estudo sobre a teoria dos conjuntos.

Posteriormente o caráter tão calculista da Matemática foi sendo diluído de modo que os aspectos sociais, cognitivos, antropológicos e entre outros foram ganhando espaço. Esses avanços foram aparecendo por conta da falta de sucesso do modelo inicial do ensino da Matemática.

Mesmo assim, com várias mudanças ocorridas no campo do ensino da mesma, a disciplina não deixou de ser o “bicho papão” na cabeça dos alunos. Isso pode ser comprovado nos altos índices de reprovação dos alunos. Quanto a esse problema relacionado à disciplina, (MICOTTI, 1999, p. 154). diz:

A aplicação dos aprendizados em contextos diferentes daqueles em que foram adquiridos exige muito mais que a simples decoração ou a solução mecânica de exercícios: domínio de conceitos, flexibilidade de raciocínio, capacidade de análise e abstração. Essas capacidades são necessárias em todas as áreas de estudo, mas a falta delas, em Matemática, chama a atenção.

Essa problemática dos alunos com o ensino da Matemática não é de hoje. É um fato recorrente no contexto educacional. Não para tentar esgotar a discussão trazendo respostas a respeito da Matemática e do problema que “ela” ainda gera na escola, mas, apenas para servir de pontapé de reflexão para o assunto, pretendo refletir de maneira breve sobre

aspectos tais como: objetivos da disciplina, formação inadequada dos professores, metodologia e falta de contextualização da disciplina para com os alunos.

A Matemática é uma disciplina tida como obrigatória no currículo das escolas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos da disciplina no Ensino Fundamental, possibilitar ao aluno (Brasil, 1998):

identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;

resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;

comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;

estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;

sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;

interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Podemos perceber que para dar conta de toda uma gama de objetivos é preciso tentar buscar uma forma de lidar com a disciplina de um modo onde todos os aspectos além do amontoado de números e cálculos sejam valorizados, tendo em vista que o aluno crie possibilidade de enxergar algo além da mecânica de cálculos.

2.6 CAPACITAÇÃO INADEQUADA DOS PROFESSORES

Muitas das dificuldades encontradas pelos estudantes no que tange ao ensino da Matemática passa pelo despreparo dos professores para lidar com tal disciplina. Mas, esse problema vem desde muito tempo atrás. No caso de um professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, muitos impasses acontecem desde a graduação. Primeiramente porque o mesmo pode não se identificar com a disciplina de fato. Depois que no caso específico de Pedagogia o currículo atual só conta com uma única disciplina que lide de forma direta com a Matemática. Sendo assim, pouco suficiente para dar cabo de fazer com que o professor se aprofunde na disciplina.

As consequências da má formação de professores refletem de forma rápida no processo de ensino de maneira que compromete o aluno acometendo-o a se desinteressar pela disciplina por não conseguir fazer conexão do que se aprende e sua aplicabilidade no cotidiano.

Sendo assim culmina num certo distanciamento do aluno tanto para a Matemática e pode ser que esse caso se alastre para o ensino como um todo.

Para ensinar Matemática não basta ser um exímio conhecedor da disciplina, mas, precisa ser criativo, inovador e criar com os alunos um ambiente em que os mesmos se sintam motivados a aprender, ensinando-o a pensar e se tornar um ser autônomo.

2.7 O PROBLEMA DA FALTA DE CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DA MATEMÁTICA.

A educação como um todo passa por um processo reflexivo de mudança para tentar tornar o ensino cada vez mais significativo, mas, muitos problemas são encontrados pelo caminho.

A Matemática fragmentada da realidade do aluno nada mais é do que uma ciência exata e sem muito sentido. Às vezes os professores se preocupam tanto com o lado “conteudístico” da disciplina que não atentam que a mesma possui outros sentidos. Um fator que tem sido muito relevante no ensino da Matemática é a contextualização.

Contextualizar, segundo os PCN, é entender que:

Um conhecimento só é pleno se for mobilizado em situações diferentes daquelas que serviram para lhe dar origem. Para que sejam transferíveis a novas situações e generalizadas, os conhecimentos devem ser descontextualizados, para serem novamente contextualizados em outras situações (BRASIL, 1997, p.36).

A contextualização parte do princípio de fazer alguma conexão da disciplina com o uso dela nos mecanismos diários dos alunos. Essa questão da contextualização resulta em permitir estabelecer objetivos mais amplos para alguns estudos matemáticos, não limitando o aluno somente na resolução de problemas.

Hoje em dia é preciso inovar, refazer, reinventar. Para isso o professor precisa estar atento a tornar o processo de ensino uma busca intensa em desenvolver competências.

A educação precisa dar significado ao que a criança aprende na vida e quando chega à escola isso se confronta com o conhecimento já existente. Isso faz com que a criança entre em conflito consigo mesmo e à medida que isso evolui a criança pode criar uma série de bloqueios no seu processo de concretização das ideias e do próprio conhecimento. Para que questões como essas sejam esclarecidas a seguir traremos algumas implicações da teoria vygotskiana para uma aprendizagem significativa.

2.8 VYGOTSKY E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Lev Semenovich Vygotsky nasceu em 17 de novembro de 1896, em Orsha, uma pequena cidade na Bielo-Rússia. Viveu apenas 38 anos, morreu em 1934 de tuberculose, doença com que conviveu por quatorze anos.

O interesse de Vygotsky pela psicologia acadêmica começou a partir de seu trabalho com a formação de professores, onde entrou em contato com crianças portadoras de deficiências físicas e mentais, o que se tornou uma motivação para que ele pesquisasse alternativas que pudessem auxiliar o desenvolvimento dessas crianças, que foi uma excelente oportunidade para que ele viesse a compreender os processos mentais humanos, assunto que viria a ser o centro de seu projeto de pesquisa.

O que vale destacar na obra de Vygotsky foram suas pesquisas sobre os processos de transformação do desenvolvimento humano na sua dimensão filogenética, histórico-social e ontogenética. Deteve-se no estudo dos mecanismos psicológicos mais sofisticados (as chamadas funções psicológicas superiores), típicos da espécie humana: o controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, etc.

Vygotsky é um teórico de grande importância para a educação no que diz respeito ao processo que leva o aluno a desenvolver suas funções psicológicas onde esses mecanismos sendo eles vitais auxiliam o aluno numa aprendizagem tida como significativa.

A vida é composta de fases. O tempo passa a ser algo relevante no processo educativo tendo em vista o perfil de idade dos alunos que frequentam certa turma. Geralmente na escola os alunos são agrupados em suas devidas turmas por dois fatores predominantes: a questão da faixa etária e o outro é o desenvolvimento das competências para a série correspondente a tal idade ou desempenho do conhecimento que o aluno possui.

Para auxiliar no estudo do desenvolvimento das funções naturais, Vygotsky vem dar suas contribuições. Considerando o ser humano por completo, ele leva em consideração os aspectos biológicos do desenvolvimento humano, mas, sua contribuição acaba sendo abrangente por considerar também todos os processos aos quais o homem passa.

O meio no qual o homem vive resulta numa relação largamente dialética onde o mesmo aprende a lidar no meio em que é inserido. Logo, há uma interação entre o meio e o homem. Para Vygotsky, o aprendizado se dá muito antes da criança ingressar na escola mas, o mesmo se diferencia do saber sistematizado oferecido pelo sistema escolar. Uma coisa é trazer o conhecimento tido como “social” e outra é organizar isso e sistematizá-lo as exigências de um universo escolar.

Vygotsky define dois níveis de desenvolvimento:

- o real ou efetivo: são aquelas funções que a criança já domina sozinha, sem ajuda de alguém mais experiente.

- desenvolvimento potencial: trata daquilo que a criança pode aprender com o outro, mas que depois pode vir a desempenhar essa função sozinha. Neste nível “a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhe são fornecidas” (REGO, 2002, p.73).

Podemos dizer que na maioria das escolas o real é algo que é levado em consideração de forma altamente relevante em decorrência do outro nível de desenvolvimento ser quase que desprezado, tendo em vista que as crianças precisam realizar certas atividades sozinhas e já são submetidas a processos avaliativos de forma imatura.

Em experiências empíricas, Vygotsky pode observar que elas não possuíam a mesma idade temporal e mental, ou seja, a capacidade que elas tinham de desenvolver algo que fosse ensinado seria diferente.

Podemos entender que a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é o que define as funções que estão em seu estado de desenvolvimento.

Segundo a teoria vygotskiana, o desenvolvimento das crianças é mais lento do que o aprendizado escolar. Daí, a importância do aprendizado, se ele não for responsável pelas relações dinâmicas o aluno provavelmente terá um grande déficit no seu desenvolvimento.

Podemos perceber que Vygotsky prioriza o desenvolvimento potencial da criança tendo em vista que ela é capaz de aprender determinadas funções. Mas o mesmo não despreza a importância da sistematização do conhecimento adquirido de forma natural e histórica na escola podendo assim fazer com que o real dialogue com o potencial.

Vygotsky ainda atribui alguns termos baseado em Piaget quanto a questão do conhecimento os chamados de cotidianos ou espontâneos, que são aqueles construídos ao longo do tempo em suas experiências pessoais. A criança quando pequena passa por muitas fases e essas se constituem de processos de construção de conhecimento por estímulos naturais e rotineiros a exemplo da imitação. Ao assistir um programa de TV ou até mesmo ouvindo algo da sua vida cotidiana a criança tem grande tendência a externalizar de forma prática aquilo que aprendeu.

O outro é chamado de não espontâneo ou científico, é aquele conhecimento que assim como o nome já deixa subentendido ser um conhecimento não tão acessível a criança no seu meio cultural. Esse conhecimento é adquirido na escola com os professores ou em outro ambiente que ofereça um conhecimento mais sistematizado.

Os conteúdos tidos como escolares só farão sentido de forma “rápida” caso a criança consiga fazer alguma conexão com os conhecimentos já adquiridos ao longo do tempo. Ou seja, a contextualização desse conhecimento para que ele seja significativo depende bastante do professor. Para Coll, (1994):

[...] a ação educacional deve tratar de incidir sobre a atividade mental construtiva do aluno, criando as condições favoráveis para que os esquemas do conhecimento - e, em consequência, os significados associados aos mesmos - que inevitavelmente o aluno constrói no decurso de suas experiências sejam os mais concretos e ricos possíveis e se orientem na direção marcada pelas intenções que presidem e guiam a educação escolar. Numa perspectiva construtivista, a finalidade última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender” (COLL, 1994, p.137).

Por isso, é importante conhecer a realidade dos alunos e diante disso tudo se questionar: ensinar o que? Como? De que forma? Por quê?

Quando o aluno não consegue atribuir significado é porque muitas vezes o aprendizado não foi significativo ou até mesmo ele não conseguiu fazer nenhuma conexão do conhecimento real e o potencial. Para que a escola possa agir como facilitador no processo e

fazer com que os conteúdos gerem certo aprendizado ao alunado, o professor tem que levar em consideração alguns fatores tais como; prestar atenção no conteúdo que será dado e para quais alunos será ministrado.

A aprendizagem só será significativa se durante o processo de ensino o mediador atentar para os fatores mencionados anteriormente dando ênfase também na lógica que será usada para apresentação do conteúdo que será trabalhado. O mediador terá que analisar a melhor forma para que assim o aluno dê visibilidade e saiba da importância do conhecimento que já possui, serve de elo de ligação para um novo que está chegando.

Mas além de tudo, o aluno precisa demonstrar interesse em aprender e estar envolvido nesse processo como um todo para que tudo dialogue entre si e a significação seja realmente relevante para o aluno. A intervenção do professor no processo de ensino é muito importante já que para o aluno é muito mais cômodo só decorar o que lhes é transmitido.

A teoria de Vygotsky vem dar uma contribuição extremamente significativa no que tange tanto a educação escolar quanto para um sentido mais abrangente do processo. Como um todo, a relevância das ideias e suas implicações fazem os profissionais refletirem sobre sua prática docente e a partir disso, rever seus conceitos e práticas de forma a trazer mudanças construtivas para sua vida e para o aluno.

2.9 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A educação além de ser um ato de formação age também como política de garantia de direitos. Hoje em dia a maioria da sociedade busca a consolidação da democracia e o fim das injustiças da sociedade moderna.

O grande desafio da sociedade ainda gira em torno da busca da construção de uma escola pública de qualidade. Os educadores envolvidos e compromissados com a superação da desigualdade social que se assola no mundo enfrentam desafios imensos em busca desse padrão de escola ideal e que se garanta as crianças da classe mais popular, oportunidades de crescimento e acesso a conhecimentos básicos. Sobre a questão política da garantia de direitos, Arroyo diz que a

... reconstrução da imagem das políticas sociais públicas: (...) deixarem de ser mecanismos de atendimento a carentes (...); (é preciso) recolocar essas políticas sociais como garantia de atendimento aos direitos elementares de todo cidadão... (ARROYO, 1991a, p.46).

A escola desde sempre tem que criar condições para que de forma concreta e física de fato ela exista para que depois se pense nos pilares de sustentação institucional para a mesma.

Uma escola possível para o povo tem de começar por criar condições para sua existência material, sem a qual será romântico reprogramar alternativas pedagógicas inovadoras (ARROYO, 1991a, p.41).

Questão prática, pedagógica, social, intelectual são práticas indispensáveis no que tange ao meio educacional. Mas, vindo pelo lado orgânico e humano um fato me chama atenção nos alunos e na escola: a merenda escolar.

É bem sabido por todos nós que as pessoas que vivem em situações de extremo risco, descaso e abandono em várias esferas da sociedade. Restritas por uma renda mensal às vezes baixíssima sofrem por uma série de fatores que os colocam em situações muito frágeis na sua vida cotidiana. A falta de condições para uma alimentação ideal é indubitavelmente um fato que de certa forma desestrutura o homem.

O ser humano precisa estar nutrido para desempenhar de forma natural algumas funções na sua vida cotidiana. A falta de condições dessa alimentação ideia submete o homem a situações degradantes tais como: se alimentar de restos de comida que encontram pela rua, catar restos de comida no lixo se arriscando e colocando sua saúde em cheque e por muitas vezes ficar sem se alimentar. Será a escola um refúgio para a fuga dessa realidade?

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe no Brasil há cerca de 40 anos e teve como objetivo atender aos estudantes da classe popular no Nordeste por meio da distribuição de leite em pó. Esse programa inicialmente teve apoio dos excedentes americanos e quando essa ajuda cessou o PNAE foi assumido financeiramente pelo governo brasileiro.

Dentre os muitos objetivos específicos do programa, um deles era que houvesse melhoria nas condições alimentícias das crianças e que por meio disso os índices de evasão, repetência e abandono escolar fossem liquidados tendo em vista um grande avanço: a melhoria no rendimento escolar dos alunos.

Muito se discute sobre o fracasso escolar tentando buscar causas individuais e biológicas para tal fato. A escola sendo eximida dessa discussão chega-se a questão da desnutrição como elemento chave para tal explicação.

Cientificamente falando não existe comprovação da relação de causa e efeito da desnutrição versus aprendizagem. É difícil falar de desnutrição desassociando essa discussão

a realidade socioeconômica da situação geral dos fatos da atual conjuntura. A desnutrição pode ser a soma de fatores tais como: a precária situação habitacional levando em consideração onde os sujeitos residem, a questão do saneamento básico, saúde e uma série de outros fatores.

Vale a pena chamar atenção de que no Brasil existem crianças com taxas de desnutrição leve e que conseguem manter o equilíbrio mesmo com a falta de uma alimentação devida. Apesar da ausência de materiais científicos que comprove essa questão da evasão por conta da alimentação, Nelson Chaves (apud Fischmann, 1986, p.84) vem justificar que:

A plasticidade do cérebro, na última fase da vida embrionária e nos primeiros anos de vida, é uma realidade. As alterações, inclusive as de ordem nutricional ocorridas nessas fases, podem repercutir profundamente sobre a atividade mental, a inteligência, a lógica, a memória e a condução do impulso nervoso.

A Educação deve ser ministrada a todos, indistintamente. Entretanto, logo se estabelece a diferença de capacidade de aprendizagem, resultante da má estrutura e atividade funcional do cérebro.

Ora, com a interferência do fator nutricional agravando a deficiência existente nas camadas de nível socioeconômico mais baixo, aumenta, cada dia, a diferença intelectual entre as classes sociais. Na maior parte da população, a capacidade intelectual é reduzida, o que exige um trabalho muito mais árduo por parte dos educadores e torna o ensino e a educação mais onerosos. É provável que nos países em desenvolvimento exista um grande número de crianças excepcionais, com um Q.I. muito aquém do normal, condenadas ao fracasso na escola e à marginalização social.

A falta de uma alimentação adequada e o mau funcionamento do cérebro reduz realmente as condições intelectuais entre as classes sociais. Sendo assim é prejudicial ao meio educacional, mas, não pode ser o fator que determine a comprovação do fracasso escolar.

Diferente da fome que é uma situação transitória que dificulta a realização de qualquer atividade do cérebro humano. Collares vem contribuir dizendo que:

a fome interfere com a disponibilidade orgânica e psíquica para atividades físicas e mentais, por uma questão fisiológica de concentração sobre uma necessidade primária e do próprio déficit energético (COLLARES, MOYSÉS, LIMA, 1995, p.14).

É preciso ver a questão da merenda escolar por dois campos de visão: o de não tratar a merenda escolar como um fator determinante para o fracasso escolar e o outro pelo fato da merenda existir como algo da escola que lida unicamente com crianças pobres. Se

fosse assim, o programa que financia a merenda escolar não existiria em países desenvolvidos como os EUA, França, Inglaterra, Canadá e outros.

Nestes países, o Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos de qualquer idade, o que inclui alimentar as crianças no período em que estão na escola. Não se questiona tal programa; ao contrário, a população o identifica como direito e não como um programa assistencialista, de suplementação alimentar. O Estado o assume como um dever e não o utiliza como propaganda política nem como mecanismo camuflador das condições de vida.

Além disto, nesses países, a merenda não se restringe ao caráter alimentar. É um programa integralmente incorporado às atividades pedagógicas da escola, facilitando e propiciando a vivência de relações sociais, cooperação, lazer, música e, ainda, a aprendizagem de nutrição, biologia, agricultura, etc. (Collares, Moysés, 1989, p.83).

Logo, a merenda precisa ser vista como um meio de alimentar a criança que está na escola independente de classe social. No Brasil, essa questão da merenda escolar toma outra proporção tendo em vista o aumento no número de crianças que vão para a escola em jejum e tem a merenda escolar como uma única refeição. Diante disso é inquestionável a melhoria do rendimento escolar de uma criança bem alimentada.

No Relatório Anual de 1994, a Função de Assistência ao Estudante (FAE) volta, entretanto, a afirmar que o objetivo do PNAE é:

Aumentar os níveis de alimentação e nutrição da criança com vistas ao seu melhor rendimento escolar (...) (atendendo) 15% das necessidades nutricionais diárias. (FAE, 1995a, p.14)

Diante da discussão acerca do tema da alimentação escolar podemos chegar a alguns denominadores comuns que fazem com que possamos entender que: a merenda escolar de fato não é o fator predominante do fracasso escolar, mas, no que diz respeito a ajudar no rendimento escolar dos alunos isso é inegável.

Outro aspecto é que os programas criados têm objetivo de melhorar essa questão do alunado que sofre com a sua realidade cruel de vida de classe popular e uma outra é além de tudo as políticas precisam ficar atentas ao papel pedagógico das refeições fornecidas aos alunos no ambiente escolar.

2.10 TRABALHO INFANTIL: QUESTÃO HISTÓRICA

A ideia de que a única obrigação que uma criança ou jovem tem é de estudar vem sendo derrubada a cada instante no mundo. A vulnerabilidade social vem sendo um fator chave em tirar as crianças da escola, fazendo-as trocar o seu período de formação escolar por um trabalho que por muitas vezes se multiplica pelas horas que os mesmos teriam que está se dedicando em estudar.

No Brasil, no ano de 1891 foi instituída a idade mínima de 10 anos para as pessoas que desejavam ou que eram submetidas sem muito poder de escolha e a única opção era entrar no mercado de trabalho. Houve uma ampliação nesse quadro de idades pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946 que ampliaram essa idade para 14 anos. Porém, em 1967 durante a ditadura militar que trouxe uma série de mudanças para o mundo, a idade foi novamente reduzida para 10 anos. Hoje em dia, segundo a Constituição Brasileira determina que a idade mínima para que se ingresse no mercado de trabalho é de 16 anos.

Nos termos do art.10 da Lei nº 10.097/0000, “É proibido empregar menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

A questão do trabalho infantil é histórica e os efeitos de muitos acontecimentos no mundo trazem grandes influências nessa questão do trabalho, a exemplo do trabalho escravo que ainda assim se faz muito presente na realidade da sociedade brasileira e não se pode negar que as iniciativas quanto a superação para reversão dos efeitos para tal ainda são muito frágeis.

O trabalho é algo que enobrece o homem à medida que ele é seguido conforme a normatização de uma legislação que de certa forma oferece cuidados, condições básicas de trabalho e respeito à humanidade sem abusar da condição humana em virtude do sucesso da empresa. Ao mesmo tempo em que o homem modifica o mundo com o trabalho, o trabalho também modifica o homem, criando relações, ampliando habilidades, desenvolvendo potencialidades e auxiliando no desenvolvimento do homem como sujeito social.

No processo de trabalho a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX,1985a, p.153)

Por outro lado, há trabalhos que além de tudo fazem o homem mais semelhante a uma máquina que é programada e vista como um objeto de produção em massa. Usa o homem

como uma força praticamente que escraviza, desumaniza. Deixando assim o homem totalmente exposto, deformado. Além de oferecer condições mínimas de trabalho, sem falar no desgaste e percalços no seu desenvolvimento como sujeito.

Somente no ano de 1993 que o Brasil assumiu oficialmente a prática de crianças com idades entre 5 e 9 anos de idade desempenhando diferentes tipos de trabalhos em diversos estados brasileiros. O reconhecimento desse fato trouxe uma série de consequências negativas e até levando em conta que nessa época o Brasil já dispunha de regulamentação sobre a questão do trabalho infantil, pois, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado desde o ano de 1990.

Geralmente as crianças eram submetidas desde pequenas a desenvolver tarefas de adultos e eram expostas a condições de trabalho bastante precárias no campo, nas carvoarias, no sisal, nas pedreiras e trabalhos semelhantes a estes.

Além de ambientes como os citados acima é muito comum nos centros urbanos o trabalho das crianças nos depósitos de lixo, recolhendo garrafas, plásticos, latas e papéis para a prática da reciclagem. E de fato é muito comum encontrar famílias inteiras submetidas a uma jornada de trabalho absurda e cruel.

Pequenos gigantes. Pequenos em tamanhos e grandes em sonhos. São vendedores de balas, picolés, frutas, guardadores de carros, jornaleiros, carregadores de feiras em supermercados, embaladores dentre uma série de tantas outras atividades.

Muitos trabalham enfrentando a exposição e o perigo das ruas, assumindo assim um risco de vida imenso diante das relações de vida construídas ao longo dessa dura jornada de trabalho onde muitos tomam rumos muito diversificados diante dessa realidade. A marginalização é uma porta de entrada e muitas vezes sem volta em certos casos.

Para os empregadores, o trabalho infantil além de tudo oferece um baixo custo financeiro e para eles “sem necessidade” de grandes desdobramentos quanto à regulamentação dessa prática.

Outra prática muito comum é a questão do trabalho doméstico. Esse é geralmente desempenhado pelas meninas, que por muitas vezes prestam serviços em casa de família. Essa modalidade é a mais mascarada das demais não sendo conhecida pela menos abusiva. Pelo contrário, tanto por conta das horas de trabalho exaustivas quanto pela humilhação, assédio e abuso sexual. Existem muitos casos no Brasil de estupro, abuso sexual e violência doméstica.

O número de crianças envolvidas no trabalho infantil com essa idade é substancialmente elevado. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2000 constatou o significativo número de cerca de 3 milhões de trabalhadores infantis em uma

situação ilegal o que pode representar um índice significativo de crianças e adolescentes que também sofrem por essa exposição.

O trabalho infantil deixa marcas na vida de uma criança que tem sua infância substituída por tarefa de adultos. Perdendo o seu direito de ter direito a algo que é de extrema importância para o seu desenvolvimento.

A realidade é dura. A exploração de vida que algumas crianças e jovens são submetidos são agravantes de uma forma geral, pois, compromete todo um sistema. Para exemplificar esse ato segue a descrição do trabalho de um menino que trabalha numa pedreira no interior do Ceará:

O lugar não é para brincadeiras. Usa-se cartucho de pólvora para fragmentar a pedra; lascas de pedra e aço dos instrumentos voam para todo lado e inala-se pó o tempo inteiro. Ninguém usa óculos nem qualquer outro equipamento de proteção. Acidentes são rotina[...]

Em todos os países que lutam para sair desse quadro do trabalho infantil é indiscutível de que a pobreza é umas das principais, senão a principal causa do ingresso precoce de crianças no mundo do trabalho. Muitas vezes as famílias não encontram outra saída sequer para complementar a renda familiar de casa a não ser expondo seus filhos ao trabalho. Acredito que uma das maneiras de pensar na redução da pobreza é investir na educação das camadas mais pobres da sociedade para que então as mesmas tentem se igualar numa margem mais próxima de alcançar certas possibilidades.

Para tentar lutar pela erradicação do trabalho infantil foram criados alguns programas sócio-educativos que se aplicam ao turno oposto ao que as crianças e jovens estudam com o intuito de complementar e enriquecer o processo educacional escolar e auxiliar no desenvolvimento delas de uma forma ampla.

No ano de 2003, com criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Bolsa família, as famílias mais pobres começaram a viver uma nova realidade. A partir da criação desses e de outros programas a realidade das famílias viveram avanços consideráveis. Vale salientar que os programas visam ajudar as famílias no combate ao trabalho, mas, os mesmos não dão conta de acabar com o trabalho infantil completamente.

Hoje, 80% do trabalho infantil estão concentrados na faixa etária de 14 a 17 anos. O Ministério do desenvolvimento social e combate a fome (MDS) em parceria com o ministério do trabalho e previdência social desenvolveram algumas estratégias que ampliam as oportunidades de crescimentos dos adolescentes e jovens. Criaram o CRAS, (Centro de Referência e Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) para acompanhar o processo de formação dos jovens.

2.10.1 COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Segundo dados do Censo (2010) , 57% das crianças e adolescentes (de 10 a 17 anos) são empregados, ou seja, possui vínculo empregatício. Os demais trabalham por informalidade ou para o seu próprio sustento.

Para dar suporte às políticas e programas criados na tentativa de erradicação da pobreza e com especificidade no trabalho infantil, algumas organizações estão mobilizadas no combate do trabalho infantil. São algumas delas:

> **CUT** : Secretaria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; CUT é a sigla para Central Única dos Trabalhadores. Trata-se de uma organização sindical brasileira, fundada em agosto de 1983, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernado do Campo, no estado de São Paulo.

> **UNICEF**: Fundo das Nações Unidas para a Infância instituição da ONU (Organização das Nações Unidas), cujo objetivo é proteger a vida, promover o desenvolvimento e fazer respeitar os direitos das crianças.

> **UNESCO**: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

Somente no ano de 2000 por resultado de ações de fóruns e organizações que se mobilizaram pela causa do trabalho infantil que foram elaboradas diretrizes para uma política nacional de combate ao trabalho infantil e aprovada no mesmo ano pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As diretrizes propõem um conjunto de ações que se articulem e envolvam:

1. Integração e sistematização de dados sobre o trabalho infantil;
2. Análise do arcabouço jurídico relativo ao trabalho infanto-juvenil;
3. Promoção da articulação institucional quadripartite (Governo, Organizações de Trabalhadores e de Empregadores, e Organizações Não governamentais);
4. Garantia de uma escola pública de qualidade para todas as crianças e adolescentes;
5. Implementação dos efetivos controle e fiscalização do trabalho infantil;

6. Melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Podemos observar que de certa forma as políticas, diretrizes, documentos, órgãos e uma série de iniciativas existem de fato. Essas construções normativas e a constituição de um Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil foram de extrema importância onde os mais diversos segmentos da sociedade puderam dialogar e refletir a respeito de saídas ou alternativas para ações que visam à melhoria nesse quadro do trabalho infantil. As políticas públicas precisam estar sempre articuladas com as demais vertentes que tangem a essa discussão para que assim o trabalho seja conjunto.

A sociedade é regida por leis que são criadas para amparar e assegurar a população para que haja respeito ao papel que cada um tem e para que saibamos nos nossos direitos e deveres legais e fundamentais ligados à humanidade de cada um tendo suas particularidades, mas, ao mesmo tempo voltando o olhar para a sociedade como um todo.

Por outro lado, na prática, encontramos uma legislação modelo que substituiu um conjunto de atitudes de benevolência, que fere a integridade do indivíduo.

No artigo 227 da Constituição Federal de 1988, encontramos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As leis são claras, hoje mais do que nunca precisamos de gestores públicos que criem e cumpram as leis de forma que venha a assegurar de forma igualitária oferecendo garantia de uma vida digna a todos sem que haja nenhuma distinção.

A principal forma de aumento da escolaridade no mundo é inserir a população na escola e contribuir para que então ela permaneça frequentando para que assim possamos colocar em prática planos de diminuição nas taxas de analfabetismo.

O acesso a escola, e a educação tem sido problema para todo mundo e ainda mais complicado para as camadas menos favorecidas, pois, além do desinteresse, marginalização a permanência tem sido cada vez mais escassa e lamentável. Os efeitos da ampliação do processo educacional são complexos, pois, segundo a teoria, na lei a educação é para todos só que na prática as coisas não funcionam assim. Na prática a lei é excludente e defasada. Além

disso, cada um que se beneficia da oportunidade de se escolarizar aproveita de uma forma e tem objetivos às vezes bem diferentes.

A disparidade de resultados e rendimentos gerados pelo processo educacional provem de que cada ser humano é único e traz dentro de si particularidades que fazem com que cada um seja a resultante do que se aprende ao longo da vida. A questão cultural também traz resquícios no sentido de que desde muito tempo certas famílias as crianças são obrigadas a trabalhar muito cedo e só ingressam na escola bem depois.

Para Langoni (1973) e Fishlow (1973), por exemplo, havia, nos anos 70, uma clara tendência de os indivíduos originários de famílias pobres ingressarem mais cedo no mercado de trabalho e estudarem menos.

Hoje depois de trinta anos as intenções públicas de ações de apoio a criança na escola não foram eficazes para fazer com que os pais das crianças e jovens da camada majoritária pobre enxergasse a grande importância do estudo e de uma formação escolar para que então depois ele tivesse grande sucesso na sua carreira trabalhista.

Face o exposto, desenvolvemos uma investigação que ampliou nosso olhar acerca dos problemas enfrentados por parte da sociedade que é tão carente de ações públicas que as permitam crescer e alcançar vãos mais distantes e cada dia melhores, usufruindo dos bens necessários e assegurados pela lei.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo desse capítulo é analisar os dados da pesquisa relacionando-os com os aspectos teóricos até aqui considerados.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos. A respeito da abordagem, a pesquisa desenvolvida é do tipo qualitativa que tem como objetivo investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos. Quanto aos objetivos à pesquisa é exploratória, este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Para Lakatos e Marconi (1991, p.104) a principal resposta ao problema proposto é denominada de hipótese básica e esta pode ser complementada por outras denominadas de hipóteses secundárias, que significam outras possibilidades de resposta para o problema. Esses autores também sugerem que normalmente não mais do que três hipóteses primárias devem ser propostas para um estudo de pesquisa qualitativa. As variáveis envolvidas na pesquisa, por sua vez, são características observáveis do fenômeno a ser estudado e existem em todos os tipos de pesquisa.

Para melhor resultado também foi realizada uma pesquisa de campo que tem como objetivo a observação dos fatos e o estudo das relações estabelecidas. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de

pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em dois campos distintos: primeiramente foram feitas algumas visitas a duas periferias (JOÃO PAULO II E GROTÃO) e logo depois a duas escolas da rede municipal de ensino, Escola Municipal Darcy Ribeiro e Escola Municipal Pedra do Reino. Ambos os campos de pesquisa (escolas) são próximos as comunidades escolhidas. Resolve-se escolher essas duas comunidades por ser mais viável a questão de acesso e desenvolvimento do trabalho pretendido. Além do fato de ter estudado em uma das escolas por 05 anos e ter trabalhado na outra como estagiário durante a graduação.

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA

A sociedade como um todo é formada por pessoas de todas as raças, etnias, tamanhos, lugares. Devido ao grande número de periferias e escolas faremos um recorte daquelas que serão relevantes para a pesquisa sabendo que o estudo se volta para a questão dos problemas no processo de ensino/aprendizagem.

3.4 SUJEITOS E AMOSTRAS DA PESQUISA

Os sujeitos que compõem a pesquisa são alunos que frequentam o 5º ano do ensino fundamental no período da tarde de duas escolas da cidade de João pessoa.

3.5 DADOS DO UNIVERSO DA AMOSTRAGEM

Foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas aos alunos.

1. Escola Municipal Darcy Ribeiro

28 alunos

2. Escola Municipal Pedra do Reino

27 alunos

3.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de informações exploratórias pode ser realizada através de entrevistas, de observações ou de busca de informações/dados em bancos de dados secundários, documentos, etc.

No caso da presente pesquisa foram aplicados questionários (com questões abertas e fechadas) onde proporcionaram maior liberdade para que como pesquisador e os sujeitos deem suas respostas de forma que não se sintam pressionado. Questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (Gil, 2008), é um instrumento de coleta de informação, utilizado numa sondagem ou inquérito.

Um questionário é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informação sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação de um questionário a um público-alvo constituído. A importância dos questionários passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Estes podem ser de natureza social, económica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, à atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema

Tecnicamente, questionário é uma técnica de investigação composta por um número grande ou pequeno de questões apresentadas por escrito que tem por objetivo proporcionar determinado conhecimento ao pesquisador. Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas irão proporcionar dados ao pesquisador para descrever as características da população pesquisada (Gil, 2008). O Questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem do grupo. Todo questionário a ser enviado deve passar por uma etapa de pré-teste, num universo reduzido, para que se possam corrigir eventuais erros de formulação.

Segundo (Gil, 2008, P. 124), As perguntas podem ser classificadas quanto ao seu conteúdo, da seguinte forma:

a) Questões sobre fatos

Referem-se a dados concretos e fáceis de precisar.

b) Questões sobre crenças

Referem-se à experiências subjetivas das pessoas, ou seja, aquilo que elas acreditam que sejam fatos.

c) Questões sobre sentimentos

Referem-se sobre reações emocionais das pessoas diante de determinados fatos, fenômenos, instituições ou outras pessoas.

d) Questões sobre padrões de ação

Referem-se genericamente sobre os padrões éticos relativos ao que deve ser feito, podendo envolver também padrões práticos de comportamento(o que é feito).e)

Questões dirigidas a comportamento presente ou passado

Tratam dos comportamentos adotados no passado ou/e no presente pelas pessoas;

É muito importante sabermos tirar partido das inúmeras aplicações práticas de invenções, descobertas e instrumentos que hoje são postos ao nosso dispor. Como tal, a aplicação de inquéritos por questionários pode revelar-se como um instrumento muito útil na obtenção de dados acerca de conhecimentos nos mais variados ramos do saber. Ao longo de todo o trabalho tentamos dar a conhecer as diferentes etapas necessárias à execução de um questionário, bem como as vantagens e desvantagens da aplicação destes.

3.8 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA IN LOCO

3.8.1 ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO

A escola municipal Darcy Ribeiro fica situada nos Funcionários II mais precisamente no endereço: Rua Gisonita da Silva Pereira, s/nº. Em divisão com o bairro do João Paulo II.

A escola já tem mais de 10 anos de existência e desde sempre vem atendendo a comunidade com grande sucesso. O prédio da escola se encontra em perfeito estado de

conservação. A escola conta com 14 salas de aula, 1 laboratório de informática climatizado, 1 sala de recursos e multimídia, 1 biblioteca, sala de técnicos (supervisores, psicólogos e coordenadores pedagógicos), sala de professores, direção, cozinha, 1 pátio, 1 ginásio poliesportivo e secretaria. A escola atende a seus alunos no projeto Mais educação com aulas de: dança, capoeira, hip hop, judô, letramento e arte. Atende no período noturno a alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A visão da escola é: desenvolver o senso crítico, moral, cooperativo, incentivando os educandos na construção de uma sociedade igualitária com ênfase na colaboração mútua e solidária. Intensificando as atividades que proporcionem o desenvolvimento das habilidades cognitivas e relações interpessoais, possibilitando um ambiente onde haja franqueza na comunicação e na auto-avaliação. E como missão a escola traz em seus ensinamentos: Contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar como agentes de transformação na realidade onde esta inserido, garantindo uma base de conhecimento que proporcione ao educando maior conscientização no desenvolvimento do processo educacional, condições de acesso ao mundo do trabalho e continuação em estudos posteriores, bem como uma mudança de comportamento de forma positiva para o mesmo poder agir como agente ativo e transformador da sociedade na qual esta inserido buscando melhores condições de vida para si e sua coletividade, e com seu interesse e desempenho resgatar a excelência da escola pública.

A escola Darcy Ribeiro ultrapassa as barreiras de uma escola pública e supera todos os seus limites atendendo a comunidade de forma ética, justa e solidária dando as mãos na hora do trabalho e pensando em crescer a cada dia que passe. Crescer nos projetos, crescer na sua estrutura, crescer na sua essência. Enfim, fazer com que a educação cresça.

3.8.2 ESCOLA MUNICIPAL PEDRA DO REINO

A Escola Pedra do Reino localiza-se na comunidade do Grotão, bairro desta cidade, na Zona Sul, perpassada pelas comunidades Colinas do Sul, Gramame, Funcionários II, Maria de Nazaré, Bananeiras, Arame e João Paulo II. A escola oferece o ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, e sede espaço para o Projovem Urbano. O corpo docente é formado por profissionais que em sua maioria residem no próprio bairro e adjacências. A instrução formal dos professores é de ensino Superior e Magistério. O quadro técnico é composto por uma Assistente Social e uma Supervisora Escolar. A gestão é

constituída por uma diretora e duas adjuntas e funcionários que dão apoio técnico. A denominação “Pedra do Reino” é uma homenagem ao escritor, romancista e dramaturgo paraibano Ariano Suassuna, que escreveu o romance popular Pedra do Reino, cujo conteúdo narra os anseios e a trajetória do povo de uma obra de ficção que se identifica com a realidade vivenciada pela população do Grotão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os questionários aplicados com os alunos contaram com uma série de questões dos mais variados tipos. Dados pessoais, dados sociais, econômicos e outros. Sabendo que a sociedade é composta por sujeitos das mais diversificadas classes sociais, etnias, origens etc. Faz-se necessário um recorte das questões que foram aplicadas de modo que desse mais visibilidade aos dados que de certa forma são mais relevantes para a pesquisa depois de ter feito aplicação dos mesmos. Os fatores que mais chamaram-nos atenção e serão analisados e discutidos a seguir são: o processo de ensino- aprendizagem (contemplando a questão da aprendizagem significativa, o ensino da Matemática e o uso das tecnologias na educação), os níveis de desenvolvimento, a merenda escolar e a questão do trabalho infantil e pré-adolescente.

A quantidade de alunos que fizeram parte da pesquisa, em relação ao gênero, demonstrou um certo equilíbrio, pois dos 55 participantes, 54,54% pertence ao gênero masculino e 45,45% ao gênero feminino, conforme demonstra a Tabela 1, abaixo.

TABELA 1

GÊNERO DOS ALUNOS
MASCULINO – 54,54%
FEMININO- 45,45%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O processo educacional é amplo, complexo, plural e diverso. Além de lidar com processos educacionais, eles envolvem pessoas. A educação é um fator extremamente necessário para o mundo e se torna grandemente indispensável para que o ser humano cresça como um todo. Assim, isso passa a ser um aspecto da teoria vygotskiana. O sujeito é considerado como um ser humano em sua completude, com todos os seus fatores biológicos e psicológicos. Na escola os alunos são organizados por turma e essas são formadas por indivíduos de idades parecidas ou semelhantes. Tornando assim o processo de ensino mais viável para que assim as crianças lidem umas com as outras teoricamente no mesmo nível de desenvolvimento.

Mas, e quando numa sala com 30 alunos com idades parecidas a escola recebe alunos nessa mesma turma com idades muito diferentes dos demais, como mostra a Tabela 2?

Segue a tabela com as idades e quantidades dos alunos pertencentes a cada faixa etária.

Tabela 2 – Faixa etária dos alunos

IDADES	% DE ALUNOS
08 a 09 anos	3,63%
10 a 12 anos	89,09%
13 a 15 anos	7,27%

Fonte: Dados da pesquisa

Podemos prestar atenção nos 3,63% que convivem com outro universo de alunos com uma diferença de idade até considerável se tratando de desenvolvimento e de aprendizagem. Claro que existem casos isolados de alunos que possuem uma idade X, mas, que o seu desenvolvimento ultrapassa qualquer questão de faixa etária. Com esse dado podemos perceber que há uma grande diferença para os outros grupos de alunos com uma faixa etária diferenciada. Sabendo que alguns impasses no processo de ensino podem existir.

A escola é um local de interações. Seja ela direta, indireta, ou até mesmo uma interação cultural com o saber de cada indivíduo que ocupa um local onde as pessoas estejam lá para promover essa interação fazendo do indivíduo um ser cada vez mais social.

Bogoyavlensky e Menchinskaya (1977) argumentam: com o ensino e a aprendizagem modificam-se não só o que o sujeito pensa, mas também o modo como pensa,

quer dizer, os processos mentais implicados nessa atividade. O ensino e a aprendizagem são fatores capazes de modificar o indivíduo na sua forma de pensar e posteriormente agir.

Lidar com as diferenças e os processos de desenvolvimento dos alunos não é tarefa fácil, tendo em vista que o professor precisa articular a sua maneira de dar aula conforme a realidade dos alunos.

Sobre esta questão, Kostiuk (1977, p. 53) explica: “...o que a criança adquire nas relações com os adultos e com os seus coetâneos a leva sucessivamente à organização da sua própria atividade, ao aparecimento de novas características psico-intelectuais”. Fazer com que o desenvolvimento escolar seja algo concreto é preciso que a escola organize essa interação da criança, dando a ela elementos para que por meio do saber científico ela conheça a realidade da qual faz parte e comece a formar conceitos, adquirir habilidades, abstrair, generalizar, relacionar e assimilar novos conhecimentos.

O que deve desafiar o professor no seu dia a dia não é o que os alunos produzem por competências próprias, mas, as atividades que o professor precisa preparar para trabalhar com os alunos de forma mediada. Segundo Vygotsky (1988), se bem organizado e conduzido, o ensino ativa todo um grupo de funções mentais. Para isso, o professor precisa estar ciente de que nesse caso a mediação faz a diferença, se bem estruturada possibilita o aluno uma atmosfera de que conhecimento concretizado.

De acordo com a LDB a educação, cultura e lazer são de direito de todos e garantia do estado. Se tratando de um trabalho que traz a tona uma discussão além de tudo política, pois, os sujeitos mesmo sendo crianças e pré-adolescentes já são conhecedores dos seus direitos e dos seus deveres.

Assim que pensamos em falar sobre a população mais subalterna da sociedade, muitos fatores costumam vir à discussão por vezes até de forma natural. A questão da moradia e alimentação são alguns deles que nos deixam inquietos e com isso começamos a pensar acerca da má distribuição de renda no Brasil é um fator altamente relevante na questão da exclusão social.

As crianças são inseridas na escola. Muitas em condições lamentáveis, degradantes e cruéis. Sem condições de oferecer muitos recursos para que dentro da escola seus filhos possam seguir adiante no processo de ensino estruturado de forma completa eles são postos na escola nas condições que lhes são cabíveis.

Nelson Chaves (apud Fischmann, 1986, p.84):

(...) A Educação deve ser ministrada a todos, indistintamente. Entretanto, logo se estabelece a diferença de capacidade de aprendizagem, resultante da má estrutura e atividade funcional do cérebro. (...)

Bem, para Vygostky o aprendizado inicia-se muito antes do sujeito começar a ir para a escola. Mas, o conhecimento cotidiano se difere do conhecimento escolar, pois, esse já é estruturado e sistematizado. Segundo a teoria de Vygotsky, o desenvolvimento das crianças é mais lento que o desenvolvimento escolar, sendo assim, um completa o outro.

Para Rego

O aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer (2002, p.74).

Segundo a teoria de Vygostky, a ZDP é um local onde as ideias estão em um campo de maturação. Ou seja, numa turma que teoricamente possua alunos com idades muito diferentes uns dos outros o professor terá que saber lidar com esses diferentes tempos de amadurecimento no campo das ideias. Auxiliar os alunos a racionar de forma que a sua percepção em amadurecimento seja ativada é uma tarefa que demanda certo tempo e uma forma diferente de lidar com esse processo em um tempo que geralmente não é estipulado por ninguém envolvido nesse processo, a não ser o trabalho do professor em mediar essas questões relativas ao aprendizado.

Com isso podemos perceber o importante papel que a escola desempenha no desenvolvimento do aluno e não se tratando somente do conhecimento escolar, mas, do desenvolvimento do sujeito como um todo considerando o sujeito em sua totalidade.

Durante a aplicação do questionário in loco percebemos que essa disparidade de idades realmente existe. E conseqüentemente pode ser um fator a se pensar ser um fato que pode sim prejudicar o desenvolvimento psicológico dos alunos com idade menor em detrimento dos demais.

No questionário aplicado aos alunos questionamos sobre suas alimentações diárias e sobre a questão do lanche com o objetivo de descobrir como eles se alimentam na escola. Segue o resultado de ambos os questionamentos:

Tabela 3 – Refeições diárias dos alunos

REFEIÇÕES POR DIA	% DE ALUNOS
02 a 04	89,09%
05 em diante	10,90%

Fonte: Dados da pesquisa

**Esses resultados se tratam se refeições diárias que os mesmos fazem em casa.*

Podemos perceber que até então o número de refeições que os mesmos fazem são consideráveis se tratando de pessoas que são pertencentes a um grupo menos favorecido da sociedade. Mas, o que precisamos estar atentos é sobre o que para eles pode ser considerada uma refeição.

Logo em seguida questionamos sobre a questão do lanche que levam ou não para a escola.

Tabela 4 – Lanche para a escola

LANCHE	% DE ALUNOS
Leva lanche de casa para escola	10,90%
Lancha a merenda da escola	80,00 %
Compra lanche no caminho	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa

Podemos perceber que a maioria dos alunos depende da merenda escolar para se alimentar no período que os mesmos estão na escola. Isso pode se dar por alguns fatores tais como: a família não tem condições de comprar lanche para os mesmos, a renda da casa não os possibilita e os mesmos dependem da merenda para poder se alimentar. Aí entra um questionamento: e se a merenda da escola por vezes não atendesse aos alunos na escola? Seria

uma situação extremamente complicada para aqueles alunos que de certa forma encontram na merenda escolar um refúgio para saciar a sua fome.

Colares, Moysés (1985) diz:

a fome interfere com a disponibilidade orgânica e psíquica para atividades físicas e mentais, por uma questão fisiológica de concentração sobre uma necessidade primária e do próprio déficit energético (COLLARES, MOYSÉS, LIMA, 1985, p.14).

Na década de 1970, no dizer de Lima (Cadernos do CEDES, n.15, p.56-57), a merenda chegou a se tornar "razão de ser" da escola:

Traduzido às últimas consequências, o que ele (discurso de um Estado burocrático-militarista a serviço do capital internacional) diz na realidade é: o ensino dos pobres brasileiros é um fracasso porque eles são desnutridos e condenados a não aprender; a escola, pois, que abandone suas pretensões de ensinar e que seja prática, alimente estes corpos de modo a, pelo menos, preservá-los saudáveis para o trabalho braçal.

A falta de alimentação adequada para o indivíduo é algo que realmente compromete o bom funcionamento de alguns sistemas biológicos dos indivíduos, mas, estudos feitos nessa área de conhecimento não levantam índices muito relevantes de que o fracasso escolar por vezes se dá por conta disso, ou unicamente por conta do fator má alimentação. O fracasso escolar existe e até pode ser associado a questão da alimentação mas, não unicamente por conta disso. O universo biológico dos indivíduos fica comprometido por conta da falta de uma alimentação que lhes deem sustento, dentro de sala de aula o processo de ensino pode ser afetado no que diz respeito a isso, mas, se dá de maneira associada a uma série de outros fatores.

Nelson Chaves (apud Fischmann, 1986, p.84) vem dizer:

(...) Na maior parte da população, a capacidade intelectual é reduzida, o que exige um trabalho muito mais árduo por parte dos educadores e torna o ensino e a educação mais onerosos. É provável que nos países em desenvolvimento exista um grande número de crianças excepcionais, com um Q.I. muito aquém do normal, condenadas ao fracasso na escola e à marginalização social.(...)

Há sem dúvida uma redução considerável na capacidade intelectual dos indivíduos. Uma pessoa bem alimentada tende a lidar de forma mais estruturada a certos estímulos e atividades do cérebro e por consequência está com o corpo mais disponível a um processo de aprendizagem mais satisfatório.

O que precisamos pensar também é na falta de continuidade de políticas públicas sólidas que ajudem na formulação de melhorias para a educação sendo assim a questão da merenda ficando a mercê de um órgão público com pouco assistencialismo por parte do governo. Uma melhoria no processo de educação como um todo deixaria muitas lacunas das que estão em branco preenchidas no que tange a melhorias na educação.

Todos os alunos inseridos na pesquisa são pertencentes ao 5º ano do Ensino Fundamental e os mesmos responderam no questionário que até gostam da escola, mas, com um grande diferencial, não gostam de estudar, conforme demonstra a Tabela 5, abaixo. Estudam pouco em casa e não se dedicam tanto a questão dos estudos fora da escola.

Tabela 5 – Satisfação em estudar

NÃO GOSTAM DE ESTUDAR	41,81%
GOSTAM DE ESTUDAR	58,18%

Fonte: Dados da pesquisa

O processo de ensino aprendizagem é complexo de forma a ser analisado de muitas vertentes para que seja explicado de forma concreta, mas, diante dos dados os alunos que não gostam de estudar e frequentam a escola trazem um número significativo para pesquisa. Sendo assim esses números podem se dar por inúmeros fatores. Dentre eles estão: o processo de ensino é pouco atrativo e interessante, a forma como o professor media o processo não é relevante para o aluno, desinteresse do próprio aluno com a escola.

Para Kupfer (1995, p. 79), “... o processo de aprendizagem depende da razão que motiva a busca de conhecimento”, ressaltando o porquê da sua importância.

O aluno tem que ser provocado a todo o momento no processo de ensino-aprendizagem para que assim ele aprenda a lidar com uma autonomia que o tornará um sujeito crítico e formador das suas próprias opiniões. Ao contrário disso, se o processo for centrado unicamente no que o professor traz de conhecimento na sua bagagem fazendo assim o aluno como um depósito de informações o processo de ensino-aprendizagem nada mais será do que uma prática monótona e baseada em decorar regras, fórmula e uma série de coisas que sem articulação com o mundo do aluno não servem de nada.

A construção da autonomia é muito mais importante do que a exigência de “disciplina”, pois crianças “... encorajadas a pensar ativa, crítica e autonomamente aprendem

mais do que as que são levadas a obter apenas competências mínimas” (KAMII, 1986, p. 120).

Muitos professores ainda estão ligados a um modelo de educação que aprisiona os alunos dentro de conteúdos, impossibilitando assim a um modelo mais dialógico de ensinar e aprender. Os conteúdos são importantes de modo que concretizam os saberes múltiplos que o aluno traz, mas, não pode ser a chave de ouro para que o processo de ensino seja significativo.

DEMO (1993, p. 153), muito apropriadamente, diz que:

Parece claro que “ensinar” já não significa transferir pacotes sucateados, nem mesmo significa meramente repassar saber. Seu conteúdo correto é motivar processo emancipatório com base no saber crítico, criativo, atualizado, competente. Trata-se [...] não de controlar a competência de quem “aprende”, mas de abrir-lhe a chance na dimensão maior possível.

No gráfico anteriormente o que podemos perceber é que 58% do total dos alunos das suas escolas gostam da escola, mas, não gostam de estudar. Ou seja, a maioria dos alunos estão comprometidos nessa margem de não gostar de estudar.

Outra situação que é preciso ser refletida é sobre um nível altíssimo de rejeição quase unânime dos alunos para com a disciplina de Matemática, como mostra a Tabela 6, abaixo. Tendo a Matemática como referencial da disciplina mais difícil do ensino fundamental, os alunos geralmente têm muitos problemas com a disciplina em si, mas, o que muitos envolvidos no mundo educacional não se atentam é que o grande problema pode ser com o professor que media o ensino da Matemática.

Tabela 6 – Disciplina que menos gosta

DISCIPLINA	% DE ALUNOS
PORTUGUÊS	9,09%
MATEMÁTICA	90,90%

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela, podemos perceber que de um total de 55 alunos o correspondente aos 90,90% não gostam da Matemática e como já foi dito, um universo de fatores deve ser levado em consideração para que a análise desse grande impasse não seja por um caráter cultural, ou até mesmo a questão do mito de que a matemática é a grande vilã das salas de aula.

Podemos pensar, quais são os fatores que levam os alunos a essa rejeição? Uma questão cultural? A família? O contexto no qual ele é inserido? Ou a forma como o professor media o processo de ensino? São algumas questões para que possamos começar a pensar sobre. Não para se chegue a uma possível resposta, mas, numa tentativa de entender os fatores envolvidos nessa problemática.

Segundo a teoria freudiana se o indivíduo faz uma atividade que não o agrada ou o mesmo não se sente bem em fazê-la, naturalmente ou instintivamente logo recusará a prática da mesma na certeza de que não o atende naquele momento. Essa é mais uma questão de empatia para com a disciplina. Mas, que de fato é uma questão a se levar em consideração tendo em vista que quando realizamos uma atividade na qual nos identificamos em fazer, aquilo passa a ser uma “diversão” e não mais uma obrigatoriedade.

Um outro fator que o professor precisa levar em consideração também é de que numa turma de alunos, alguns podem não desenvolver suas aptidões matemáticas de forma tão natural e podem optar por uma outra área do conhecimento.

Gardner (1994, p. 7) sabiamente vem contribuir dizendo:

(...) existem evidências persuasivas para a existência de diversas competências intelectuais, humanas relativamente autônomas abreviadas daqui em diante como 'inteligências humanas'. Estas são as 'estruturas da mente' do meu título. A exata natureza e extensão de cada 'estrutura' individual não é até o momento satisfatoriamente determinada, nem o número preciso de inteligências foi estabelecido. Parece-me, porém, estar cada vez mais difícil negar a convicção de que há pelo menos algumas inteligências, que estas são relativamente independentes umas das outras e que podem ser modeladas e combinadas numa multiplicidade de maneiras adaptativas por indivíduos e culturas.

Ou seja, o ser humano pode naturalizar algumas coisas no processo educacional e outras tendem a se adaptar à medida que o sujeito lida com ela. Podendo se desenvolver de forma a contribuir com o aluno ou fazer com que o mesmo busque desenvolver suas potencialidades em outras áreas do conhecimento.

Tradicionalmente em sala de aula o ensino da Matemática é voltado para a prática de resolução de cálculos, decorar pequenas fórmulas, sinais, estruturas matemáticas e outros. O acúmulo de conteúdo pode ser um fator que afaste o alunado a prática da disciplina.

O professor precisa estar centrado na questão de associar a ideia de desenvolvimento a questão da aprendizagem de modo estruturado para que assim a

matemática seja adaptada numa ação não tão voltada para a obrigatoriedade de caráter a escola, mas, pela questão da utilidade da mesma na vida cotidiana do aluno.

Sobre a questão da associação do desenvolvimento, Vygotsky diz que

(...) o aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VYGOTSKY, 1989, p. 101).

O aluno precisa conseguir fazer pontes de conhecimentos e conexões diárias do que aprende com o que vive para que então a aprendizagem possa ser significativa e o mesmo perceba que faz sentido estudar numa escola onde ele consiga perceber que o professor se importa com o que ele sabe e transforma isso em “gancho” para enviesar o processo de ensino baseado nos conhecimentos prévios dos alunos.

Bruner vem contribuir dizendo que

o mais importante no ensino de conceitos básicos é ajudar a criança a passar progressivamente do pensamento concreto à utilização de modos de pensamento conceptualmente mais adequados. É ocioso, porém, tentar fazê-lo pela apresentação de explicações formais, baseadas numa lógica muito distante da maneira de pensar da criança e, para ela, estéril em suas implicações. (BRUNER, 1978, p. 36).

O aluno precisa perceber uma lógica no que aprende. Então, o maior responsável por fazer com que o mesmo siga por esse caminho é despertando o interesse do aluno em buscar conhecimento, se questionar.

A tecnologia é algo que nos insere no mundo mas, precisamos estar conectados com a mesma para que ela venha a contribuir para o nosso aprendizado. Na tabela 7 a seguir, podemos perceber o nível de acesso dos alunos.

Tabela 7 – Acesso ao computador semanalmente

01 a 03 vezes	36,36%
04 a 05 vezes	36,36%

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando o resultado do questionário quanto ao fato de possuir a ferramenta e fazer um uso até razoável da mesma é um passo a frente. Mas, e quanto ao fato do uso do computador no processo de ensino-aprendizagem?

Então, quando questionados a professora alegou que em sala de aula nunca fez o uso do computador para suas aulas. Algumas vezes já até levou os alunos para que os mesmos fossem e usassem a ferramenta para dar concretização aos trabalhos dentro da sala, mas, isso não era algo rotineiro. O professor precisa se inserir no meio tecnológico de fato para que isso chegue aos alunos de forma positiva e venha a contribuir com o bom andamento do processo de ensino. A tecnologia vem exercendo um papel de transformação inexplicável nas escolas que decidem apostar num modelo de ensino atual, levando em consideração que o uso das tecnologias faz a diferença na aprendizagem.

Segundo Kenski (2008, p. 45) “a maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo” (KENSKI, 2008, p. 45). As tecnologias precisam ser usadas para ilustrar o processo de ensino. O professor é uma figura de extrema importância no cenário educacional, sendo assim as ferramentas tecnológicas servem para dar suporte às atividades durante as aulas de modo que as mesmas também não se resumam unicamente ao mero uso das mesmas.

Segundo Alava (2002, p. 65) apud Arruda, “entende que a mudança provocada pelo desenvolvimento da tecnologia educacional altera de forma profunda o modo como o aluno aprende”.

Mas, isso só será possível se o professor se apropriar da importância do uso das tecnologias sabendo utilizá-las de forma positiva, dinâmica e que faça com que os alunos transformem a sua maneira de aprender a partir do direcionamento do professor como mediador do processo de ensino.

Uma questão que pode ser pensada é sobre a formação do professor quanto ao uso das tecnologias. Poucos professores dão importância às formações no que tange ao uso das tecnologias como referência para a educação. O professor além de tudo precisa ser avaliar constantemente de forma a repensar sua prática sempre que possível para que ele possa rever seus conceitos quando for preciso e saber que assim como uma pessoa que detém um certo conhecimento também precisa estar em constante avaliação.

O professor assim como uma pessoa que ensina, mas, que constantemente aprende precisa saber que o ato de ensinar é complexo e requer muito cuidado. Por isso o mesmo

precisa está preparado para lidar com as problemáticas que por ventura venham acontecer durante o seu percurso.

Na aplicação, assim como na observação feita no campo de pesquisa antes da aplicação dos questionários, percebemos o uso de alguns alunos com o celular e perguntamos para alguns se eles usavam o celular para estudar. A maioria dos alunos respondeu que só acessa as redes sociais pelo celular e mesmo pelo computador acessam a internet para fins escolares quando é quase que por uma obrigação. Ou seja, mesmo alguns tendo computador, tablet ou alguma ferramenta que os possibilite essa inserção no meio tecnológico com fim educativo o uso ainda é muito escasso, conforme demonstrado na Tabela 8, abaixo.

Percebemos que na escola o uso dessas tecnologias no processo de ensino ainda é mais escasso. As escolas até dispõem de laboratórios de informática, mas por inúmeras razões são pouco utilizados. Um fato deixou-me incomodado assim como citado anteriormente, alguns até possuem computador em casa, mas, não usam para fins didáticos. No questionário perguntamos quem possuía computador em casa e qual a frequência de acesso.

Tabela 8 – Itens tecnológicos que possuem

ITENS TECNOLÓGICOS	% DE ALUNOS
CELULAR	50,90%
COMPUTADOR	16,36%
TABLET	10,09%
MP3	9,09%

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da tabela, podemos perceber que mais de 50% dos alunos possuem computador ou tablet em casa. Por uma questão unicamente de ao menos possuir a ferramenta é um fator a se comemorar. Tendo em vista que os mesmos possuem mais de um acessório tecnológico em casa e que os mesmos de alguma forma vem a se inserir na vida do aluno.

Em pleno século XXI a sociedade vive em um processo cada vez mais aligeirado e precoce quanto a alguns aspectos sociais. As crianças vivem como adultos e isso reflete em todo o desenvolvimento psicológico, físico e mental das mesmas. As meninas são ajudantes

nos afazeres domésticos e culturalmente falando os meninos ingressam no mundo do trabalho cada vez mais cedo.

Hoje em dia essa questão do gênero em relação ao trabalho já não é tão forte quando há alguns anos atrás, todos têm se envolvido com o trabalho cada vez mais cedo. O que muitos não têm consciência é que trabalho infantil é crime e já consta na constituição.

Diante desse contexto podemos afirmar que essa questão perpassa todo um sistema de conscientização da sociedade perante a isso. Uma grande válvula de escape para a tentativa da erradicação do trabalho infantil é investir na formação desses futuros cidadãos, os fazendo conhecedores das leis, dos seus direitos e deveres em meio à sociedade.

Trazendo esse assunto para o centro da discussão, é inquestionável que o trabalho infantil é um grande impasse para as crianças que ao invés de estudar precisam trabalhar. Ora para ajudar em casa mesmo sendo tão novas e tendo uma família com poucas condições econômicas, outrora para fugir da escola por tentar sua independência ao invés de se alfabetizar.

Por isso, no questionário aplicado uma das questões que mais chamou-me atenção no levantamento dos dados foi o número de crianças e pré-adolescentes que já “trabalham”, demonstrado na Tabela 9, abaixo.

Tabela 9 – Exercem atividade de trabalho

ALUNOS QUE TRABALHAM		% DE ALUNOS
SIM		50,90%
NÃO		49,09%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

O trabalho infantil não é um fenômeno unicamente brasileiro. É um assunto que envolve o mundo todo e está presente em grande parte da sociedade. Principalmente em grande parte da população subalterna.

A pesquisa recente de Uchinaka (2008) sobre o trabalho infantil mostra a dramática situação do Brasil neste quesito, pois demonstra que 1,2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos ainda eram vítimas de exploração em 2007, segundo levantamento da PNAD divulgado em 2008 pelo IBGE. Com base na tabela acima, podemos perceber que dos 55 alunos que responderam ao questionário, 50,90% dos alunos já desenvolvem algum trabalho, mesmo que na informalidade. Os meninos geralmente são empacotadores de supermercado, flanelinhas, carregadores de feiras livres ou supermercado, trabalham em lava-jato e afins. As meninas trabalham ajudando a mãe em salão de beleza, feiras livres, etc.

O trabalho precoce como se sabe traz consequências graves para a saúde e desenvolvimento dos indivíduos, retirando-lhes as o direito de viver momentos lúdicos que os auxiliam no seu desenvolvimento cognitivo e psicológico.

Rehder (2007), por exemplo, diz que os educadores devem ficar atentos para evidenciar casos de trabalho infantil na sala de aula, entre eles:

- a) Criança desatenta pode não ser preguiçosa, mas estar cansada após uma longa jornada de trabalho;
- b) Número elevado de ausências sem justificativa é motivo de alerta, pois aluno submetido ao trabalho infantil não é incentivado à frequência escolar pelos pais.
- c) Defasagem de aprendizagem ou machucados também podem ser consequência do trabalho infantil ou até mesmo de exploração sexual.

É perceptível que os professores são despreparados para lidar com essas questões que envolvem o trabalho infantil e exploração sexual, mas, precisam estar atentos aos indícios que bem ressaltou o Rehder na sua colocação acima, contribuindo assim para a erradicação do trabalho infantil.

Piletti (1984) considera, assim como diversos outros autores, que as primeiras experiências educacionais da criança, geralmente são proporcionadas pela família.

As divergências socioeconômicas acabam refletindo no processo de desenvolvimento da criança de modo a comprometer desde a sua vida particular dentro de casa até a sua vida escolar. Para Smith & Strick (2001 p.31,) um ambiente estimulante e encorajador em casa produz estudantes adaptáveis e muito dispostos a aprender, mesmo entre crianças cuja saúde ou inteligência foi comprometida de alguma maneira.

Ou seja, se em casa o indivíduo tem uma família estruturada de forma a reconhecer a importância da escola mesmo vivendo em meio a tantos percalços de sua

condição social e financeira auxilia a mesma em seu desenvolvimento futuro como um sujeito formador de opinião e de um cidadão com uma realidade promissora futuramente.

Mas por outro lado é preciso entender que existe uma diferença entre problemas escolares e problemas no processo de ensino-aprendizagem.

Paín (p. 33, 1985) destaca que embora o fator ambiental incida mais sobre os problemas escolares do que sobre os problemas de aprendizagem propriamente ditos, esta variável pesa muito sobre a possibilidade do sujeito compensar ou descompensar o quadro.

Diante da teoria apresentada por vários especialistas da Educação sobre a construção do conhecimento podemos afirmar que a comprovação da hipótese vai depender de caso para caso. Sendo assim impossível a generalização de um assunto por um índice que incide de forma forte em alguns casos e outros não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo enfrenta diariamente muitos problemas em muitos fatores estruturais que mexem com toda uma sociedade que de certa forma dependem de serviços que por vezes não depende da iniciativa pessoal de cada um.

O fator socioeconômico é de fato algo que desestrutura o ser humano em muitos aspectos, inclusive na vida escolar se tratando da discussão da pesquisa que constitui esse trabalho. A discussão a cerca de muito do que foi citado aqui não é de hoje, é uma questão que se arrasta por anos e em muitos casos a cada dia se agravam de forma aligeirada e descontrolada.

A realidade vivida pelas crianças e pré-adolescentes que participaram da pesquisa se alia a uma série de tantas outras que também sofrem com a desigualdade social que castiga e desumaniza o homem deixando-o a mercê de soluções que podem demorar muito para que se chegue a um denominador que preste alguma ajuda a aqueles que mais precisam.

As políticas públicas que teoricamente tem o objetivo de auxiliar os indivíduos ainda são muito mal estruturadas no que diz respeito a ações que realmente deem sentido prático para o acesso a educação, lazer, cultura e tantas outras coisas que são direito de todos.

A educação de qualidade para todos está distante de ter a qualidade necessária para que se tenham um processo educacional que supere muitos modelos de ensino que não são mais funcionais e que continuam seguindo na tentativa de educar as nossas crianças. Os professores precisam de melhorias em sua carreira assim como o Brasil precisa de uma reforma urgente que ao menos deem prioridade ao que realmente é dever do Estado e direito de todos. Algumas escolas ainda continuam sucateadas e sem estrutura para comportar as necessidades do alunado que tanto busca se alfabetizar mesmo em meio a um momento político extremamente frágil.

A pesquisa de campo executada nesse trabalho serviu para dar mais visibilidade a um grupo de pessoas que vive sobrevivendo à espera de muitas mudanças que assim estruture de forma mais igualitária a sociedade como um todo.

Contudo, podemos concluir que o processo de ensino-aprendizagem é algo complexo, que precisa de investimento, cuidado e dedicação das pessoas que estão à frente do Brasil dando continuidade ao trabalho de levar a frente um país que é carente de muitas mudanças e reformas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **A escola possível é possível?** In: ARROYO, Miguel (Org.). Da escola carente à escola possível. São Paulo: Loyola, 1991a. p.11-53.

ARRUDA, Euridio Pimenta. Ciber professor –novas tecnologias, ensino e trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica,2004

BOGOYAVLENSKY, D. N.; MENCHINSKAYA, N. A. (1977). **Relação entre Aprendizagem e Desenvolvimento Psico-Intelectual da Criança em Idade Escolar.** In A. R. LURIA et alii, Psicologia e Pedagogia. Lisboa: Estampa, V. I.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria de Educação Fundamental. 3 v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª série): Matemática.** Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. **Guia escolar: métodos usados para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes–uma década de lições aprendidas.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. (Rede de proteção à infância).

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000. **DISPONÍVEL EM:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm >** Acessado em: 18 de Julho de 2015.

BRUNER, J. S. **O processo da Educação.** São Paulo, Nacional, 1978.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artmed, 1994.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 137p

COLLARES, Cecília, MOYSÉS, Maria A. **Educação, saúde e formação da cidadania na escola.** Educação e Sociedade, São Paulo, n.32, p.73-87, abr. 1989.

COLLARES, Cecília, MOYSÉS, Maria Aparecida (Orgs.). **Fracasso escolar: uma questão médica?** Cadernos do CEDES, São Paulo, n.15,1985.

COLLARES, Cecília, MOYSÉS, Maria Aparecida, LIMA, Gerson. **Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico?** Educação e Sociedade, São Paulo, n.20, p. 10-20, abr. 1995.

CHESNAIS, J. C. **Histoire de la violence** . Paris: Robert Laffont, 1981.

DAVIES, N. **O financiamento da Educação estatal no Brasil: desafios para sua publicização.** In:R. Educ. Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 229-245, maio/ago. 2010.

DRAIBE, DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FARIA, V. E. Brasil: **Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, in Pobreza e Política Social.** CADERNOS ADENAUER, nº 1. São Paulo:Fundação Konrad Adeunauer, 2000.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
_____. **Medo e ousadia.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** . 24ª Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 91

FISCHMANN, Roseli. **Educação, alimentação e economia: uma elação de coerência ou de contradição?** Educação e Sociedade, São Paulo, n.24, p.75-98, ago. 1986.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. **Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília, 1993.

_____. _____ . 2.ed. Brasília, 1993.

_____. _____ . 3.ed. Brasília, 1994.

Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar: relatório de atividades 1993/94. Brasília, 1994.

_____. Relatório anual 1994. Brasília, 1995.

_____. Resumo das atividades. Brasília, 1994.

_____. Plano de metas. Brasília, 1995.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências.** Porto Alegre: Artes Médicas, c1994. Publicado originalmente em inglês com o título: The frames of the mind: the Theory of Multiple Intelligences, em 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, António Carlos (2008) **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias o novo ritmo da informação**. 4ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

KOSTIUK, G. S. (1990). **Alguns Aspectos da Relação Recíproca entre Educação e Desenvolvimento da Personalidade**. In A. R. LURIA et alii, *Psicologia e Pedagogia*. Lisboa: Estampa, 1977, V. I.

KUPFER, Maria Cristina. **Freud e a Educação – O mestre do impossível**. São Paulo: Scipione, 1995.

LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, MARINA DE ANDRADE. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

YASBEK, MARIA CARMELITA. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LANGONI, C. G. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

LIBÂNIO, José Carlos. **Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?** In. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 76

LIMA, Gerson Zanetta de. **Saúde escolar e educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. *Saúde escolar: perspectivas de desenvolvimento*. Cadernos do CEDES, São Paulo, p.55-61, nov. 1986.

MANDELL, 1981 Disponível em : <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm> Acesso em: 10 de Agosto de 2014).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985c. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

MESQUITA NETO, P.; SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B.; VIEIRA, O. V.; FONTES DE LIMA, F. A. TISCORNIA, S. A. **Violência do cotidiano**. Konrad Adenauer Stiftung, 2001.

MICOTTI, M. C. O. **O ensino e as propostas pedagógicas**. In: BICUDO, M. A. V. (Org.). **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino)

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PAÍN, **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PERALVA, A. **Violência e democracia: paradoxo brasileiro**. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. São Paulo: Ática, 1984.

PINHEIRO, P. S. **Prefácio: o passado não está morto, nem passado é ainda**. In: DIMENSTEIN G., Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação** / Teresa Cristina Rego. – Petrópolis, RJ: Vozes, 14 ed., 2002. – (Educação e conhecimento).

REHDER, Maria. **Trabalho infantil em pauta nas escolas**. Jornal da tarde, São Paulo, 13 de jun./2007.p.13.Disponível em <[HTTP://www.jt.com.br/editoria/2007/06/13/opi.1.94.8.2007.06.13.6.1.xml](http://www.jt.com.br/editoria/2007/06/13/opi.1.94.8.2007.06.13.6.1.xml)>. acesso em 17/3/2010

SALTMAN, K. A **“corporatização” e o controle das escolas**. In: APPLE, M. W; AU, W; GANDIN, L. A. (orgs.). Educação Crítica: Análise Internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SMITH & STRICK. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z** . São Paulo: Artes Médicas, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza um estudo sobre o trabalho e família na grande São Paulo**. 1992. 334 f. Tese (Doutorado em 183 Sociologia)- Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, - USP. 1992.

VYGOTSKY, L. S. (1989). **A formação social da mente**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (1988). **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone.

VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO

INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

O documento a seguir consta de um questionário de cunho investigativo e avaliativo. Instrumento usado para uma série de avaliações que serão necessárias para fins acadêmicos do graduando, José Rodolfo do Nascimento Pereira, onde o mesmo fará uso dos resultados para a possível comprovação de hipótese do TCC (trabalho de conclusão de curso) que tem como tema: Uma análise sobre o processo de ensino- aprendizagem nas comunidades de risco. O questionário contará com questões abertas e fechadas e será aplicado com os alunos do 5º ano de duas escolas municipais de João Pessoa: Escola Municipal Darcy Ribeiro e Escola Municipal Pedra do Reino.

QUESTIONÁRIO

DADOS PESSOAIS

Idade:

Bairro:

Na sua casa moram quantas pessoas?

Quem são elas?

Você gosta de onde mora? SIM () NÃO ()

Porquê? _____

Se pudesse escolher um lugar para morar, que lugar seria esse?

DADOS DOS RESPONSÁVEIS

Mãe trabalha? SIM () NÃO ()

Profissão: _____

Pai trabalha? SIM () NÃO ()

Profissão: _____

*Renda familiar mensal: _____

DADOS SOCIO- ECONÔMICOS

Quantas refeições você faz por dia? _____

Quantas pessoas dividem refeição com você? _____

Tem irmãos? _____ Quantos? _____

Qual meio de transporte você usa para chegar na escola? _____

Quem te acompanha até a escola? _____

Leva lanche *de casa pra escola*, come o lanche *oferecido pela escola* ou *compra lanche no caminho da escola*? _____

Gosta de estudar? SIM () NÃO ()

Por

quê?

Quais dos itens a seguir você possui em casa?

TV () Geladeira () Fogão () Cama () Aparelho de DVD ()

Câmera

fotográfica () Telefone residencial ()

OUTRAS INFORMAÇÕES

Costuma ler? SIM () NÃO ()

Gosta da escola? SIM () NÃO ()

Do que mais gosta na escola? _____

Do que menos gosta na escola? _____

Qual a disciplina que mais gosta? _____

E a que menos gosta? _____

Costuma fazer as tarefas de classe? SIM () NÃO ()

E as tarefas de casa? SIM () NÃO ()

Considera-se um bom aluno? SIM () NÃO ()

Gosta da sua professora? SIM () NÃO ()

Sua mãe te ajuda a estudar? SIM () NÃO ()

Estuda quantas horas por dia em casa? _____

Tem acesso a internet? SIM () NÃO () Quantas vezes por semana? _____

Quais dos itens a seguir você possui?

() Celular () MP3 () Tablet () Computador ()

O que você pretende ser quando crescer? _____

Você trabalha? _____

Ajuda nos afazeres domésticos? SIM () NÃO ()

João pessoa, _____ de _____ de 2016